



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA DO NORTE E DO NORDESTE

**A formação da sociedade no Sertão pernambucano:
trajetória de núcleos familiares**

Tatiana Valença Ferraz

Recife, maio de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA DO NORTE E DO NORDESTE

**A Formação da Sociedade no Sertão pernambucano:
trajetória de núcleos familiares**

Tatiana Valença Ferraz

Pesquisa apresentada a orientadora Pr^a. Dr^a. Tanya Maria Pires Brandão como forma de avaliação, requisito para obtenção de título de Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do Nordeste e do Brasil.

Universidade Federal de Pernambuco

Recife, 27 de maio de 2004

Ferraz, Tatiana Valença

A formação da sociedade no sertão pernambucano : trajetória de núcleos familiares / Tatiana Valença Ferraz. – Recife : O Autor, 2004. 85 folhas : il., fig., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2004.

Inclui bibliografia.

1. História regional – Região do sub-médio São Francisco (PE). 2. História das famílias proprietárias – Aspectos econômicos e sociais. 3. Política regional – Poder político familiar. 4. Sociedade local – Controle social – Igreja, Estado e Família. I. Título.

**981
908**

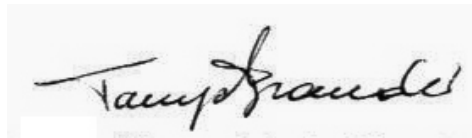
**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-361**

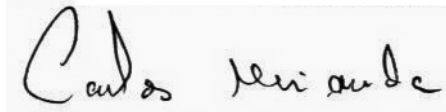
Tatiana Valença Ferraz

**A Formação da Sociedade no Sertão pernambucano:
trajetória de núcleos familiares**

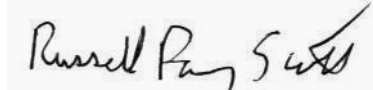
Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Federal de Pernambuco, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:



Profa. Dra. Tanya Maria Pires Brandão, UFPE (orientadora)



Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda, UFPE (titular)



Prof. Dr. Russel Perry Scott, UFPE (titular)

Recife, 27 de maio de 2004

Aos grandes amores da minha vida, os que darão continuidade à história de nossa família: Larissa, Vinícius e o meu filho que ainda vai nascer.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Tanya Maria Pires Brandão, pela participação fundamental no processo de elaboração deste trabalho;

Principalmente, gostaria de agradecer aos meus pais, Jádía Marinho Valença e Miguel Lins Ferraz, pelo apoio e pela luta que travaram na vida para que eu pudesse estar aqui;

Aos meus queridos e preciosos irmãos, Carolina e Rafael, por tudo que já passamos juntos e por não ter um dia que não lembremos um do outro. Vocês estão na minha mente e no meu coração;

A minha tia Ana por ela ser em vez de tia uma mãe;

À Socorro Ferraz por ela ser quem é, por ter me dado “lições para toda a vida” e por ter colocado, ao contrário do que muita gente pensa, a ética acima do nepotismo;

A Cynthia, pela presença em minha vida;

À Glauber, pelo caráter que possui e por fazer minha irmã feliz;

Aos meus preciosos amigos, Geyza e Mauro, por sempre, independente das circunstâncias, estarem ao meu lado em todos os momentos difíceis que passei;

Aos meus amigos que torceram muito para que este trabalho fosse terminado: Lana, João, Pri, Paulo Alexandre, Elaine, Cristóvão, Darlan, Raquel, Drica, Valéria, Paulinha, Manu e aos outros que, devido ao cansaço acabei não colocando o nome, mas agradeço muito a todos por tudo de bom que vocês me deram;

À minha turma de mestrado, especialmente: Tati, Aninha, Oswaldinho e Rominho. Lutamos muito não foi?

À Renato Feliciano, por sua amizade;

À todo quadro de professores do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco que foram meus pais e minhas mães durante a minha história nesta Instituição;

Aos meus professores, meus tutores e grandes amigos Antônio Paulo Rezende, Marc J. Hoffnagel, Carlos Miranda e Ana Maria Barros. Vocês são responsáveis por esta criatura;

A todo quadro de funcionários do Departamento de História, principalmente Carmem, dona Izabel, Rogéria, Vânia, Vaninha e Luciane.

À Hildo Leal Rosas, pelas aulas de história florestana, pela disponibilidade de seus documentos e pelo compromisso com o documento e a história, pois você compreende o sentido da pesquisa e não vê o documento como sua propriedade.

Ao meu querido avô Jaire Valença, às minhas avós Dautilha Marinho Valença e Djanira Lins Ferraz; e a minha tia Dezilda Marinho. Vocês me ensinaram muito na vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O CENÁRIO E A HISTÓRIA DESSA GENTE	18
1.1 Fazenda Grande e seus arredores	20
1.2 A história da gente de Floresta do Navio	24
1.3 A sociedade e laços de família	33
2 RETRATO DE FAMÍLIA	36
2.1 População de Floresta do Navio: senso e organização social	43
2.2 Os domínios da família e suas atividades econômicas	44
2.3 A família e a lei	54
2.4 Uma outra moldura para o retrato, um outro retrato para a moldura	57
3 OS DONOS DO PODER E OS NEGÓCIOS DE FAMÍLIA	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
FONTES E BIBLIOGRAFIA	84

RESUMO

No processo de construção da história brasileira existe uma diversidade de elementos sociais que compõe a história das sociedades. Na perspectiva dos estudos realizados por historiadores da História Social o elemento de construção social FAMÍLIA vem sendo abordado, com o intuito de visualizarmos os vestígios do cotidiano de um tempo vivido por determinados núcleos familiares que, para nós, se configura como o passado. O cotidiano de um outro tempo, para o historiador social, é revelado através das informações coletadas a partir de um corpus documental que forneça indicativos a respeito dos hábitos de vivência de determinados grupos de família e, que venham a corroborar com a visualização do cenário onde atuaram as personagens da nossa história. As questões que dizem respeito às famílias do passado e ao seu cotidiano, para a história social, estão associadas aos seus hábitos alimentares, seu tipo de vestimenta, ao desenvolvimento de uma atividade econômica, ao ambiente da casa, seu mobiliário e, às pessoas que coabitaram este contexto. O cenário, composto por essas questões apresentadas, irá corroborar com a análise deste ambiente dentro de seu contexto histórico e, de como as estruturas sociais que regeram a sociedade brasileira, o Estado e a Igreja, vão interferir ou não no cotidiano dessas famílias. Dessa forma é que o trabalho, “A formação da sociedade no sertão pernambucano: trajetória de núcleos familiares”, vem contribuir com o processo de construção da história brasileira, trazendo elementos do cotidiano de núcleos familiares que ocuparam e povoaram a região do Vale do São Francisco, mais especificamente o município de Floresta do Navio, entre as décadas de 1840 a 1880. A pesquisa explora o cenário do sertão pernambucano e o desenvolvimento das relações de trabalho, a construção da propriedade, as atividades econômicas e suas relações sociais atreladas ao início da construção de uma política administrativa que regeu esta sociedade. Para isso, utilizamos os inventários *post mortem* do século XIX, das famílias que habitaram o município de Floresta do Navio, documentos de batismo da região, presentes no Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE, os estudos de genealogia da região florestana, documentos referentes a processos da Câmara Municipal de Floresta do Navio que se encontram no Arquivo Estadual Jordão Emerenciano, além de uma bibliografia que trata sobre a historiografia do contexto histórico que vai desde o período colonial até o governo de D. Pedro II.

PALAVRAS-CHAVE: Família, Propriedade, Trabalho Escravo, Bens, Estado, Brasil Império, Município de Floresta do Navio, Sociedade.

ABSTRACT

During the Brazilian's history construction there is a diversity of social elements that make a society's history. On the study perspective of Social History the element, FAMILY, has been broaching to visualise daily's life signs of a time lived for certain familiar nucleus, that for us represent the past. For the social history the daily's life is revealed by the collect informations of a documental corpus that gives indicative life's costumes of determinate family groups that be corroborate the visualization where act famous person of our history. For the social history questions about past's families and their daily' life are associated to eating habits, kind of garment, development of an economic activity, house 's atmosphere and furnishings and the persons that lived in this context. The scenery formed by these present questions will corroborate with the atmosphere analysis in your historic context, and how these social structures that govern the Brazilian society, the state and the church will interfere or not on the daily's life of these families. This study "The society formation in the Pernambuco country: Trajectory of familiar nucleus" will contribute with the construction process of Brazilian history bringing daily's life elements of familiar nucleus that lived in San Francisco vale, in the Floresta do Navio city, between 1840 and 1880 decades, and in this scenery how developed the work relations, the propriety construction, the development of an economic activity and your social relations connected with the beginning of the construction of an administrative politics that governed this society. To answer this questions was be used *post mortem* inventories of XIX century and baptism documents of the families that lived in the city presented in the Federal University of Pernambuco (Research Laboratory of the History department); The family tree studies of this region; documents of the Floresta do Navio's Town council archived in the Jordão Emerenciano State Archive; and an extensive bibliography about the historiography of the area since colonial period until the Imperial Govern of Don Pedro II.

KEY-WORDS: Family, Propriety, slave work, State, Imperial Brazil, Floresta do Navio city, Society.

INTRODUÇÃO

Não há história econômica e social. Há somente história, em sua unidade que é, por definição, absolutamente social. Em minha opinião a história é o estudo cientificamente elaborado das várias atividades e das diversas criações dos homens de outros tempos, captadas em sua data, no marco de sociedades extremamente diferentes e, no entanto, comparáveis umas às outras (...); atividades e criações com que cobriram a superfície da terra e a sucessão das eras.¹

Os estudos referentes à história das sociedades podem ser elaborados de várias formas, oferecendo diversas roupagens no que tange o seu contexto e o seu objeto de estudo. Dentro de uma sociedade encontraremos uma gama de elementos que contribuíram para a formação e manutenção da mesma. O trabalho proposto: *A formação da sociedade no sertão pernambucano: trajetória de núcleos familiares*, realiza um estudo da família concebendo a sua importância como um forte elemento de formação social, bem como analisar o seu fundamental papel de agente refletor do contexto onde foi ambientado e da sua história.

Em nosso estudo, para a análise da formação da sociedade sertaneja pernambucana do século XIX, percebemos as informações coletadas em inventários *post mortem* de alguns núcleos de famílias da região do município de Floresta do Navio, como indicativos do comportamento social dessas famílias na região. Levamos em consideração o contexto vivenciado por essas famílias e utilizamos como corte cronológico as décadas de 1840-1880. As modificações nas estruturas políticas, econômicas e sociais, a forma como essas questões foram externadas nos vestígios da história dos núcleos de famílias inventariadas, também foram pontos abordados em nossa pesquisa.

A análise dos dados retirados dos inventários *post mortem*, priorizou informações que vieram a corroborar com uma demonstração do cotidiano das famílias florestanas dentro de uma perspectiva da história social, onde levamos em consideração o contexto da propriedade, de sua produção e identificação da composição de um quadro de pessoas que coabitavam neste território.

¹ FEBVRE, Lucien. *Combates por la Historia*. Barcelona, Ariel, 1970, p., 40. Apud, CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Graal, Biblioteca da História. ed. 5, Rio de Janeiro, 1983, p.348

A historiografia brasileira, no que diz respeito a perspectiva da história social que trata sobre o estudo da família, utilizou-se dos dados quantitativos, coletados a partir do método de demografia histórica, para compor uma análise qualitativa pertinentes à história social. Os estudos da demografia histórica tem como foco documentos em séries, coletados nos arquivos cartoriais e eclesiásticos. O método de demografia possui duas vertentes conceituais refletidas pelo método inglês do *household* de estudo da família e, pelo método de demografia histórica desenvolvida pelo francês Lois Henry na década de 1850. Os respectivos métodos diferenciam-se quanto à análise das informações obtidas no corpus documental.

O conceito inglês do *household* de estudo da unidade doméstica foi defendido pela linha de pesquisa dos brasilianistas que se baseiam em informações associadas ao caráter econômico da produção doméstica desenvolvida pelas famílias e de como essa produção implicava nas relações sociais cotidianas. Dentro da história Social encontramos alguns historiadores brasilianistas que trabalharam a micro história social a partir de dados referentes à produção dentro de uma economia local que tiveram influências em outras instâncias do contexto social, como por exemplo, os trabalhos de Linda Lewin, referente ao poder político e econômico da família de João Pessoa na Paraíba republicana. A produção de Darrell E. Levi realiza um estudo sobre a mesma temática abordando a família Prado no Rio de Janeiro desde sua formação no período imperial até o seu processo de dispersão política e econômica vivenciado na república.

O método de demografia histórica do francês Lois Henry prioriza a organização sistemática de informações dispersas de uma mesma família, contidas nas séries documentais de cunho eclesiástico, com o intuito de analisar os grupos que formaram as humanidades entre os séculos XVI e XIX.

No Brasil os trabalhos em história social, com o intuito de realizar uma análise qualitativa dos dados quantitativos coletados a partir da demografia histórica, sob a influência da vertente francesa de demografia histórica, utilizando as fontes paroquiais, são consideráveis. A demógrafa Maria Luiza Marcílio deixa claro em seu trabalho a respeito da análise dos sistemas demográficos no Brasil do século XIX a influência francesa quando elege Lois Henry como o idealizador das informações de base, essenciais para análise das estruturas sociais.

A história social vem apresentando contribuições no que tange o estudo da família como reflexo de uma sociedade em seu tempo. Os trabalhos que se utilizaram de fontes seriais,

representados por documentos de arquivos cartoriais e eclesiásticos, perspectiva do método francês, contribuíram para a construção da história da sociedade brasileira, principalmente no que se refere ao período remoto de nossa história colonial. Na perspectiva dos estudos realizados por historiadores da História Social o elemento de construção social FAMÍLIA vem sendo abordado, com o intuito de visualizarmos os vestígios do cotidiano de um tempo vivido por determinados núcleos familiares que, para nós, se configura como o passado. O cotidiano de um outro tempo, para o historiador social, é revelado através das informações coletadas a partir de um corpus documental que forneçam indicativos a respeito dos hábitos de vivência de determinados grupos de família e, que venham a corroborar com a visualização do cenário onde atuaram as personagens da nossa história.

Um exemplo disto foi o estudo de Maria Beatriz Nizza da Silva, no qual os documentos pesquisados foram testamentos e inventários *post mortem* do período colonial brasileiro. A autora analisa os bens dos testamentados e inventariados, traçando um perfil da sociedade que se formou na província de São Vicente entre 1578-1609.² A mesma autora observou nas informações coletadas, a partir da documentação trabalhada, vestígios da história dessa população, como por exemplo que tipo de vestimentas essa população usava, quais as ferramentas de trabalho fazem parte de seus bens, como administravam a distribuição dos seus pertences, como se deu o processo de aquisição de propriedade e quais as características das atividades econômicas apresentadas em seus vestígios. Todas essas informações foram associadas ao contexto histórico do Brasil colônia, onde foi levado em consideração à história de ocupação da região, no processo das entradas e bandeiras, desencadeado em São Vicente, no período colonial. A pesquisa, além de revelar o cotidiano dos bandeirantes, ratifica através da descrição de seus pertences, características das atividades exercidas pelos desbravadores, relacionando objetos como facões e espingardas utilizados neste contexto histórico.

Nos testamentos Maria Beatriz seleciona alguns relatos interessantes sobre o cotidiano dos bandeirantes, como a plantação de marmeleiros e a questão da caça aos indígenas. A morte de alguns “paulistas” dentro da mata devido as flechadas dos índios perseguidos, também compõe o quadro desses relatos.

² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. pp. 7-290.

Eni de Mesquita Samara em seus estudos a respeito da família colonial, também na capitania de São Vicente no século XIX³, atenta para questões referentes a uma história social voltada para a condição feminina, abrindo uma discussão voltada para o estudo de gênero, com o intuito de analisar o papel dos sexos dentro das normas e práticas sociais da população brasileira.⁴ Para isso, o trabalho realizado por Mesquita selecionou documentos referentes a processos de inventários patrimoniais retirados de arquivos eclesiásticos e documentos referentes aos processos de matrimônio.

A mesma autora, em seu artigo a respeito da construção historiográfica tendo como foco A História da Família no Brasil⁵, realiza um trabalho interessante sobre as tendências no estudo da família na historiografia brasileira dos anos 80, com influências em estudos anteriores, realizados por antropólogos e sociólogos como Gilberto Freyre que traça tanto um perfil da família patriarcal brasileira, quanto analisa a sociedade colonial através dos seus hábitos de moradia, alimentação, vestuário, etc.

Os estudos a respeito da família visando a análise de uma determinada sociedade, vêm aprimorando os estudos pioneiros. As abordagens diferenciam-se quanto à visão generalizada de sociedade brasileira, atendendo a uma perspectiva mais particular das sociedades, levando em consideração os processos de formação e consolidação social inerentes a histórias das mesmas, como por exemplo, as influências de seu meio físico e seus elementos culturais étnicos dentro do espaço da macro história nacional.⁶

Nosso trabalho priorizou as informações coletadas nos documentos seriais registrados em cartórios e processos de arquivos eclesiásticos da região do sertão pernambucano, com o intuito de coletar informações que nos revelassem alguns vestígios do cotidiano de núcleos familiares da região do Vale do São Francisco no que tange as suas atividades econômicas, suas estruturas de propriedade da terra, suas vestimentas e suas relações de trabalho. Com isso, visamos atender ao um processo inicial de construção da história da sociedade sertaneja pernambucana, através da trajetória dos núcleos de famílias registradas no corpus documental

³ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Teses (Doutorado em História), Departamento de História, 1980. f. 357.

⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. *População e Família*. Vol. 1, São Paulo, Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina - CEDHAL, USP, Humanitas, 1998 (Apresentação)

⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e Grupos de Convívio*. Revista Brasileira de História, ANPUH, Marco Zero, 1989, pp., 07-35 (Apresentação)

⁶ GOMES, Alberon de Lemos. *A matrona e o Padre: Discurso, Práticas e Vivências entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco*. Recife, UFPE. Trabalho de Dissertação, p.37_(falta ano)

que fizemos uso, integrando alguns fatores culturais e demográficos na explicação global dos fenômenos sociais.

Dividimos o trabalho em três etapas de análise social que chamaremos de capítulos, onde no primeiro capítulo de nosso estudo o objetivo proposto foi o de montar um cenário físico da região de Floresta do Navio, bem como o contexto de ocupação e formação da sociedade no território do Sub-Médio no Vale do São Francisco na região nordestina, levando em consideração o processo de formação das sociedades no sertão brasileiro, cuja economia pecuarista representou o baluarte na trajetória de interiorização brasileira.

No segundo capítulo deste trabalho visualizamos o contexto histórico do Brasil Império, a trajetória política brasileira e a reflexão desta no processo de formação social na região de Floresta. Através de um estudo do censo da década de 1850 da região florestana foi possível identificarmos a divisão de trabalho e de classes sociais existentes no município neste período. Nesse contexto, observamos as modificações nos elementos estruturais da economia brasileira ocasionados pelo surgimento de outras atividades econômicas, além da cana-de-açúcar, como as economias agro-pecuarista e a cultura do algodão na região do sertão nordestino, o mercado consumidor brasileiro passa a ganhar novas características.

No bojo de um novo contexto econômico, no que tange o desenvolvimento de novas alternativas de produção e de mercado desencadeado no período imperial brasileiro, as atividades econômicas tiveram que conviver com as reformas de D. Pedro II quanto ao sistema escravista brasileiro e as constantes oscilações do mercado exportador. O surgimento de um mercado regional também compondo o quadro econômico no sertão, evidenciou o processo de desenvolvimento da sociedade, através das atividades econômicas que acarretaram numa formação de uma elite proprietária de terras, de gado e concomitantemente uma elite política.

Com base nos inventários dos núcleos de famílias inventariadas da região florestana, o objetivo proposto é o de analisar as características da economia na região, muito mais voltada para uma economia de subsistência, inserida num outro contexto da economia pecuarista que não era voltada para um mercado de exportação.

Além da análise das atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias florestanas, observamos também, dados referentes ao seu cotidiano na casa, as suas relações com o trabalho escravo, o convívio entre senhores e cativos, para isso utilizamos como suporte documental alguns livros de batismo e casamentos registrados nas comarcas de Tacaratú e

Fazenda Grande que diziam respeito a população de Floresta do Navio entre as décadas de 1840-1880.

Nas relações de família no processo de inventário buscamos evidenciar através da ótica do Estado o papel legal exercido pelos membros da família brasileira, bem como o direito atribuído aos mesmos. A relação de interferência do Estado no cotidiano das famílias proprietárias de terras, neste capítulo, observamos a partir da década de 1850, com a criação da lei de terras. O objetivo foi de visualizar como a respectiva medida, desenvolvida por um estamento neste período, repercutiu na aquisição de propriedades das famílias inventariadas do município de Floresta do Navio.

Por fim, no terceiro capítulo buscamos na forma de aquisição da terra no Brasil, os indícios de formação do poder político em Floresta e a formação da política administrativa desencadeada na região através da criação de seus organismos públicos.

Teremos como perspectiva o processo de formação de uma sociedade propriamente dita. Com o surgimento das instituições e legitimações de poder atribuídas a determinadas pessoas escolhidas pela história de formação do estado brasileiro. Temos a pretensão de analisar como se deu o processo de consolidação institucional e com o surgimento dos organismos públicos no processo de elevação à Vila de Floresta do Navio, levando em consideração a relação desses “escolhidos” com o estado brasileiro.

A nossa proposta perpassa pela análise de como as relações políticas entre o poder de uma elite política regional e a autoridade administrativa do estado imperial brasileiro, em busca da legitimidade de sua soberania, conviveram neste sentido.

A micro história florestana nos revela alguns vestígios da relação entre Estado e elite política agrária num universo de constantes negociações, onde D. Pedro II e o poder político das elites locais disputam suas necessidades de autonomia política e de poder.

Ainda no terceiro capítulo, utilizamos como estudo o projeto de criação de uma identidade nacional proposto pelo governo de D. Pedro II e, como se deu o reflexo do mesmo projeto em âmbito regional. A falta de identidade das regiões localizadas no Nordeste brasileiro com os símbolos propostos pelo governo imperial e como a elite política regional, mas especificamente Floresta do Navio, construiu os seus próprios elementos de identificação da população com a sua região. A importância da economia, da história de construção da

sociedade, o místico e o mítico forjando uma percepção de se pertencer a um lugar importante para a história brasileira.

CAPITULO I

O CENÁRIO E A HISTÓRIA DESSA GENTE.

*É-nos possível reproduzi-los até certo ponto em nós, baseando-se na observação dos nossos próprios estados; e, intuindo-os, acompanhamos a representação do mundo histórico com o amor e o ódio, com toda a gama de nossos afetos. A natureza, porém, é muda para nós [...] A natureza nos é estranha. Ela é para nós algo de externo, não de dentro. A sociedade é o nosso mundo.*⁷

Estamos visitando o sertão pernambucano na área denominada de Sub-Médio São Francisco. Nos especificamos na formação sócio política do município de Floresta do Navio, no período entre 1840-1880 indicado na historiografia brasileira como o reinado de D. Pedro II. Trata-se de uma fase da história do Brasil marcada por reformas sócio-econômicas desencadeadas por medidas do governo brasileiro a exemplo da Lei de Terras de 1850, e a proibição do tráfico africano, em 1854, que deu início ao processo de abolição da escravidão no Brasil, intensificado com a Lei do Ventre Livre de 1871. No Contexto pernambucano, o período em foco foi marcado pela mobilização das elites locais contra o tráfico inter-provincial de escravos e uma série de movimentos revoltosos como a Praieira em Recife. No mesmo período foi instalado o sistema de engenhos centrais no litoral de Pernambuco, enquanto que no sertão da província, na década de 1860, a cultura do algodão teve ascensão impulsionada pela demanda do mercado externo. No período de 1877-1879 o sertão pernambucano sofreu rigorosa seca.⁸

Em que pese a força das medidas reformistas de um governo absolutista moderno, no que diz respeito à região do sertão pernambucano observamos que predominam as permanências, não ocorrendo rupturas significativas nas relações sociais. Mantém-se muito forte na sociedade local, por exemplo, a posse de terras como símbolo e importância socio-política razão pela qual deveria ser esta repassada aos descendentes dos donos da terra.

⁷ DILTHEY, Wilhelm. Introduccion a las ciencias del espiritu. F.C.E., 1949, Apud, DECCA, Edgar Salvadori de. Teoria e Método em Raízes do Brasil. In Leituras Cruzadas: Diálogos da História com a Literatura. Org., Sandra Jatahy Pesavento, Editora da Universidade, Porto Alegre, UFRGS, 2000, pp., 169-190

⁸ MELO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889*. Cap. I O norte, o sul e a proibição do tráfico interprovincial de escravos. 2ª edição, Topbooks. Rio de Janeiro, 2003, pp. 29-66.

Permanecia muito forte, também, a tradicional relação entre patrimônio privado e a instituição da família. Nela o casamento era o meio de procriar filhos reconhecidos como legítimos herdeiros do patrimônio familiar, principalmente no que diz respeito à terra que era concebida como um “bem de raiz”. Na época a idéia era que a partir da prole a família se perpetuava e preservava seu status social. Isto se concretizava através da distribuição dos bens entre herdeiros legítimos que garantia às novas gerações as condições materiais de sobrevivência e lhes assegurava manter-se na condição social compatível com sua origem familiar.

Com o propósito de reconstruirmos aspectos da vida em Floresta do Navio, na 2ª metade do século XIX, achamos interessante as características do espaço físico-social em análise. Na verdade, trabalhamos com fragmentos desta sociedade representados pelas famílias que registraram seus documentos de inventários *post mortem* nos municípios de Floresta do Navio, Tacaratú e Pajeú de Flores. Esta última hoje corresponde a cidade de Flores. Nos remetemos, portanto, ao palco onde se iniciou a trajetória dos respectivos núcleos familiares identificados. A ênfase recai sobre a composição física e aspectos sócio-econômicos da região florestana.

1.1 - Fazenda Grande e seus arredores

*Riacho do Navio, o Rio Pajeú e o Rio Pajeú vai desaguar no São Francisco e o Rio São Francisco vai bater no meio do mar*⁹

A região florestana está situada no interior do Nordeste, no Vale do São Francisco, na região Sub-Médio da bacia hidrográfica do São Francisco. O Vale do São Francisco compreende a região que é cortada pelo Rio, também chamado de Rio Brasileiro em face de sua importância no processo de integração do Brasil. O São Francisco nasce em Minas Gerais, tem 2.700 Km de comprimento, a área de sua bacia mede 640.000 Km, ou seja, 640.000 ha¹⁰ e seu percurso passa pelo território dos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e deságua no Oceano Atlântico.¹¹

Ao longo de seu percurso, cidades e municípios foram surgindo com o desenvolvimento econômico de culturas diversas, como foi a do algodão, milho, pequenas plantações de cana-de-açúcar responsáveis pela produção de rapadura e a pecuária. Essa diversidade na produção da região franciscana ganhou espaço no mercado de exportação, como foi o caso da criação do gado no sertão mineiro durante o século XVIII e XIX¹² e a cultura do algodão, também desenvolvida no sertão pernambucano, que teve uma forte expressão no mercado de exportação entre as décadas de 60 e 70 do século XIX¹³. Outras atividades econômicas apresentaram natureza regional e até mesmo de subsistência. Entretanto foram elas responsáveis pela ocupação da área e desenvolvimento de cidades e municípios. Serviram de base na formação da sociedade sertaneja, como foi o caso de Floresta do Navio¹⁴, o objeto do estudo em questão.

⁹ *Riacho do Navio*. Música composta por Luiz Gonzaga e Zédantas. In: *A viagem de Gonzagão & Gonzaguinha*, EMIL-Odeon, 1981.

¹⁰ Disponível na Internet. <http://www.valedosaofrancisco.com.br>. Acessado em 10 de abril de 2004.

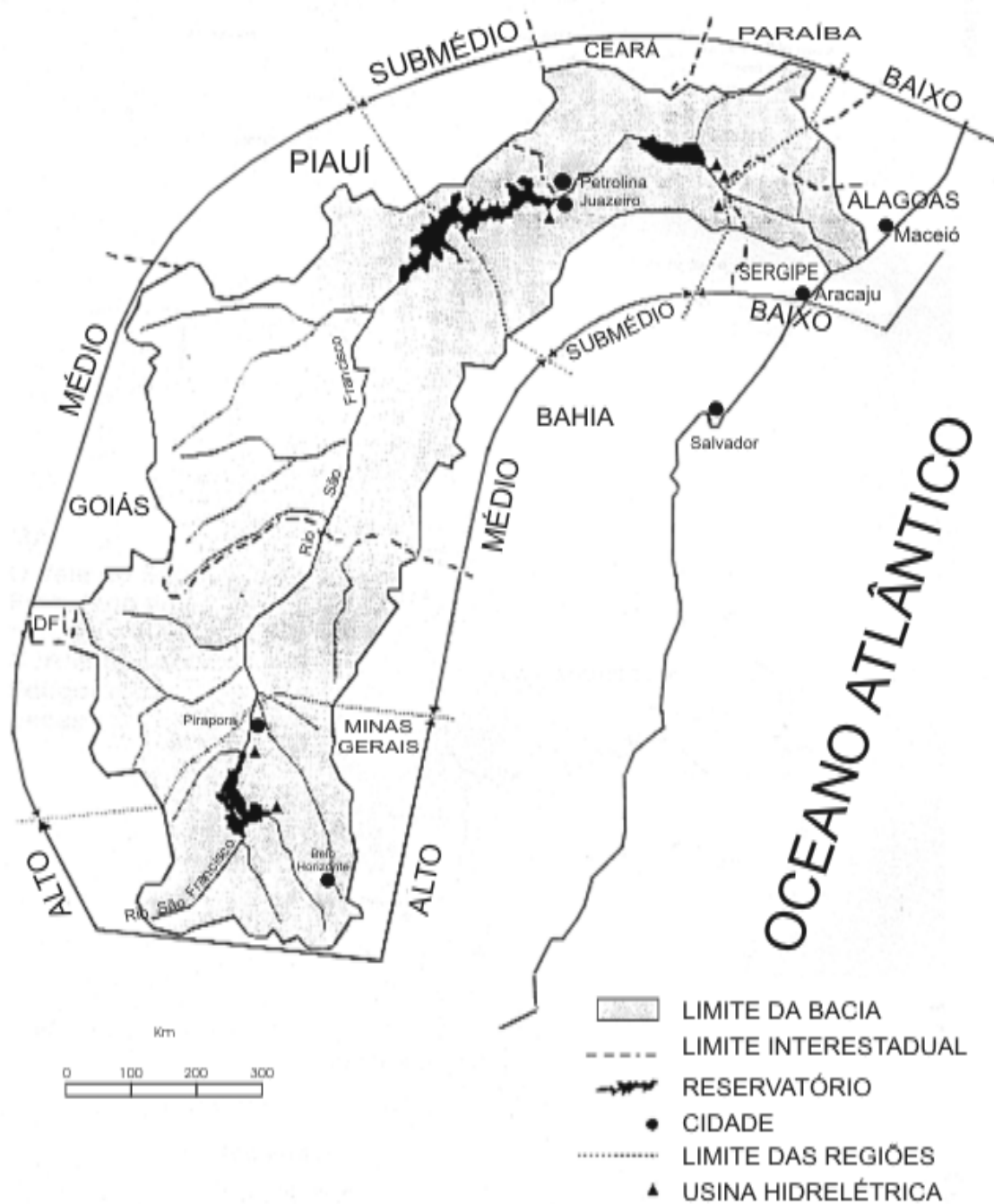
¹¹ SÁ, Silvana Comes de. *A cidade, o Rio... a Represa: a intervenção do Estado no Submédio São Francisco: o caso de Petrolândia, 1940-1995*. Mestrado em história. Recife, 2000 pp.14-15

¹² CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975 pp. 37-41

¹³ ANDRADE, Manuel Correia. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Editora Universitária, UFPE, Recife, 1998, pp., 143-151

¹⁴ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Secretaria do interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, Recife, 1958, vol. I, pp. 42-43. O autor relata que a origem do nome Floresta e a denominação de mata são referentes a florestas e matas de pau-brasil e, os municípios e cidades que hoje levam tais denominações se deram pela exploração da planta que, em 1506 já colocava o Brasil no cenário da economia de

Figura 1: Mapa da Região do Vale do São Francisco



Fonte: SÁ, Silvânia Comes de. *A cidade, o Rio... a Represa: a intervenção do Estado no Submédio São Francisco: o caso de Petrolândia, 1940-1995*, p.15

extração do respectivo vegetal. Um exemplo disso são as cidades de São Lourenço da Mata, Paudalho, onde seus limites com Nazaré da Mata foi denominado de Floresta dos Leões e Floresta dos Navios.

A cidade de Floresta do Navio está situada no sertão do Vale do São Francisco a 438 Km da capital pernambucana.¹⁵ Foi erguida às margens do Rio Pajeú que, tem a característica de ser um dos principais afluentes do Rio São Francisco – único Rio perene do sertão pernambucano.¹⁶ O Rio Pajeú é o maior curso de água na região florestana, cortando toda a cidade de Floresta do Navio. Além do Pajeú, a região é banhada por mais três afluentes do Rio São Francisco, que tiveram grande importância no processo de ocupação da área. São eles: o Riacho do Ambrósio, o Riacho dos Mandantes e o Riacho do Navio, o lendário riacho das fazendas de gado.¹⁷

A origem de Floresta do Navio remonta ao século XVIII. Surgiu na localidade denominada Fazenda Grande, situada em uma vasta planície à margem esquerda do Rio Pajeú. Na ocasião, Antônio Pereira Falcão e sua esposa D. Maria Gomes Maciel eram os proprietários desta fazenda onde desenvolviam a criação de gado como principal atividade. Com o falecimento dos mesmos, a posse da terra foi legada aos filhos do casal, o capitão José Pereira Maciel e o alferes Antônio Pereira Falcão.¹⁸

Atualmente os limites de Floresta do Navio são: ao Norte, o Estado da Bahia e as cidades pernambucanas de São José Belmonte, Serra Talhada e Custódia; ao Sul, Belém do São Francisco e Petrolândia; a Oeste limita-se com Salgueiro e Belém do São Francisco.¹⁹ Floresta do Navio está situada ao sul do oeste da cidade do Recife à distância de 110 Km da estação de Jatobá, localizada em Tacaratú, que liga a cidade de Floresta a Paulo Afonso.²⁰

¹⁵ :Disponível na Internet..<http://www.florestadonavio.com.Br>. Site acessado em 04 de abril de 2004.

¹⁶ FERRAZ, Álvaro. *Floresta: Memórias de uma cidade sertaneja no seu cinquentenário*. Cadernos de Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura. Recife, 1957. p. 18

¹⁷ Idem, p. 25.

¹⁸ FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. *Floresta do Navio: capítulo da História Sertaneja*. Biblioteca Pernambucana de História Municipal. Centro de Estudos de História Municipal, Recife, 1992. p.57

¹⁹ FERRAZ, Álvaro, op.cit.p.13

²⁰ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. Cit., vol. VII, p.127.

The map illustrates the Rio Francisco drainage basin. The main river, Rio Francisco, flows from the upper left towards the lower right. Key tributaries include Rio Cajari, Rio da Gramma, Rio do Navio, Rio Capim Grosso, and Rio Moxoto. Settlements marked with dots include Serra do Umã, Penha, Serra do Arapuá, Panela D'Água, Misericórdia, Fazenda Granda, Curralinho, Jatinan, Tacaruba, Barra, Ambrósio, Gravata, São, Riacho, Taquatara, Sobrado, Atalho, Boa Vista, Quixaba, and Tacaratu. Landmarks such as Serra Negra and Campos da Ema are also indicated. A note near Rio da Gramma mentions 'Riacho da Ema; Córrego nomeado depois a enchida depois de 1902'.

O clima na região franciscana onde está situada a cidade de Floresta é denominado de semi-árido, com temperatura variando entre 17º e 35º e uma altitude de 316,2m.²¹ Suas terras possuem características de um solo árido²²o que refletiu no processo de desenvolvimento da economia local, em face da não utilização, na época, de tecnologia que possibilitasse a agricultura de grande porte. Assim, no processo de ocupação colonial da área a população passou a desenvolver uma agricultura em pequenas unidades destinadas à subsistência.

²² Ibidem, COSTA, Francisco Augusto Pereira da.

As características climáticas da região e o nível técnico da agricultura nos séculos XVIII e XIX, somados a outros fatores, como o movimento de interiorização da criação de gado no território nordestino, foram definidores da pecuária como principal atividade econômica desenvolvida e a formação do latifúndio²³ na região florestana no início do século XVIII. É interessante observarmos que a área dispõe de riquezas naturais como abundantes jazidas de ferro, granito e pedreiras de calcário,²⁴ mas que na época não foram suficientemente exploradas.

O desenvolvimento da economia local na fase colonial deu-se com o surgimento das primeiras fazendas destinadas a criação de gado nos territórios próximos ao Rio Pajeú, Riacho do Navio, Riacho Capim Grosso e Serra do Arapuá. Os respectivos territórios compreendiam as áreas das fazendas Curralinho, Paus-pretos, Misericórdia, S. Pedro, Panela-d'água, Riacho do Navio, Várzea-comprida, dentre outras que se configuraram como as principais unidades de produção agropecuária na região.²⁵

O relevo de Floresta do Navio apresenta características peculiares à região sertaneja, com seus vales, caatingas e serras. Entre as serras destacamos as principais no período da ocupação: a nordeste de Floresta encontram-se a Serra Negra, a Serra do Periquito, a Serra do Sítio e a Serra do Pipipã. Com exceção da serra Negra e da Serra do Periquito, as demais não foram ocupadas com a lavoura; suas encostas foram utilizadas como pasto para a criação de gado.²⁶

²³ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23 ed., São Paulo, Nacional, 1989, pp. 54-64

²⁴ Ibidem, COSTA, Francisco Augusto Pereira da.

²⁵ FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. Op.cit.p.63

²⁶ FERRAZ, Álvaro. Op.cit. p. 23

1.2 - A história da gente de Floresta do Navio

A ocupação colonial e desenvolvimento econômico e social de Floresta, ocorreu durante o processo de colonização da região franciscana, cujo início deu-se no século XVIII com a intensificação do devastamento e conquista do interior do Nordeste.²⁷ Neste sentido, foi importante a extensão do rio São Francisco e sua navegabilidade. O espírito de aventura, a necessidade de conquista de espaço e a busca de novas oportunidades despertaram, nos colonos, desejos de explorar riquezas escondidas e inexploradas existentes nas margens do Grande Rio. A interiorização dos colonos e a exploração dos recursos naturais da região franciscana, desencadeada pelas entradas e bandeiras, configuram o primeiro momento do processo de valorização econômica do Vale do São Francisco nos moldes de Sistema Colonial implantado no Brasil por Portugal.

Falavam-lhes em montanhas tão altas que as aves não podiam transpô-las, em rios que, de chofre, desapareciam para surgir muitas léguas além; em lagoas abundantes em pérolas, em um lago imenso de que manavam o Amazonas, o S. Francisco e o Prata.²⁸

São apontados pelos historiadores outros elementos como motores do processo de ocupação da região do São Francisco. Muniz Bandeira, por exemplo, admite que dentre os motivos de ocupação desse território estão a proposta de instalação das missões jesuítas, franciscanas e capuchinhas na área; o desenvolvimento da criação do gado que, no litoral, ameaçava ocupar terras destinadas à produção do açúcar; e o combate à interiorização holandesa no território franciscano.²⁹

O momento histórico da região de Floresta do Navio evidenciado no presente estudo compreende o final do século XVIII e início do XIX, quando se iniciou a formação dos primeiros povoados locais. Os povoados que posteriormente passaram a constituir o município de Floresta tiveram seu desenvolvimento atrelado à economia do gado e ao fluxo de pessoas para o sertão.

²⁷ ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. Martins Fontes, São Paulo, 1999. p.63

²⁸ Idem, p.59.

²⁹ BANDEIRA, Luiz Muniz. *O feudo: a casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p., 147

Segundo Nelson Werneck Sodré, em sua obra *Formação Histórica do Brasil*, a pecuária no nordeste teve três fases³⁰. Na primeira fase a economia do gado apresenta-se como uma alternativa para subsidiar a economia açucareira, ou seja, a criação do gado estava atrelada a atividades desenvolvidas no engenho. Contribuía no transporte, fornecia a força motriz exigida no processo de fabricação do açúcar nos engenhos trapiche e, ainda abastecia a mesa de senhores e escravos nas zonas rural e urbana do litoral. Neste momento o gado e a lavoura conviviam, na mesma propriedade, sendo o curral o quintal do engenho e o senhor de engenho o proprietário do gado e da grande lavoura.³¹

A segunda fase da criação do gado nordestino foi concretizada com a separação entre o curral e o engenho, decorrente do crescimento dos rebanhos e a impossibilidade, na época, da junção de espaços destinados a agricultura e a criação de gado. A alternativa foi à interiorização da atividade pastoril em direção ao agreste. Apesar da separação dos espaços destinados ao engenho e ao curral, o senhor de engenho ainda permanecia como proprietário dos rebanhos. Um outro dado interessante nesta segunda fase da criação do gado no nordeste foi o fato de que o crescimento dos rebanhos gerou um novo caráter para a pecuária, o de uma atividade lucrativa para os colonos que a ela se dedicavam. Firmava-se, então, como uma alternativa economicamente viável, pois paralelamente ao crescimento dos rebanhos se configurava o crescimento do mercado interno de carne na colônia e de matéria-prima para utensílios do sertanejo no seu cotidiano. No âmbito do mercado externo a pecuária respondia com a exportação de couro e oferecia matéria-prima para empacotar o açúcar.

A terceira fase da pecuária ocorreu com a efetiva separação entre o engenho e o curral. Foi quando o senhor de engenho perdeu o monopólio da criação. O adentramento do gado, o aumento dos rebanhos e a perspectiva de ampliação de mercado corroboraram para alta especialização da pecuária e a autonomia econômica e social dos colonos que utilizaram a pecuária como principal atividade. Os investimentos feitos consolidaram a interiorização da criação do gado rumo aos sertões do Nordeste.

Este momento difere dos outros porque nele surgiram grandes pecuaristas que abasteciam o florescente mercado de carne na colônia e para o exterior remetiam o couro. O fabrico e exportação do charque e o fornecimento de carne verde e de couro no âmbito regional e parte do mercado do sudeste proporcionaram a formação de grandes fortunas entre

³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1962. pp.121-124

³¹ Idem, p.122

os colonos do sertão nordestino. Na capitania do Piauí, por exemplo, a pecuária foi a base para a construção de verdadeiras fortunas. Uma delas pertencia a Francisco da Cunha Castello Branco, a quem é atribuída a origem do tronco da família Castello Branco no Piauí, pertencente à elite colonial daquela capitania.³² Na fronteira de Pernambuco e Bahia, na região do Vale do São Francisco, destacaram-se os d'Ávila que constituíram uma das maiores riquezas do período colonial. Garcia d'Ávila com sua casa da Torre e Domingos Afonso Sertão com a casa da Ponte são exemplos de pecuaristas e proprietários das maiores sesmarias da região do Vale do São Francisco.³³

A valorização econômica e a ocupação da região florestana levada a efeito por colonos que ali instalaram seus currais data do início do século XVIII quando a pecuária do nordeste vivia a segunda fase de sua história. A propriedade de Fazenda Grande é um exemplo no processo de desenvolvimento da economia pastoril que resultou na formação de propriedades fundiárias, destinadas à produção pecuarista onde, também eram desenvolvidas as atividades de subsistência para os moradores locais. Entretanto o período de desenvolvimento da pecuária no sertão nordestino entre fins do século XVIII e todo o século XIX, até os dias de hoje, sofreu o que Celso Furtado veio chamar de *uma involução econômica*³⁴.

Para Furtado a base deste conceito está no processo de decadência da economia açucareira e na sua incapacidade de manutenção dos mercados periféricos que exerciam a manutenção da mesma, como por exemplo, a pecuária. Contudo convém acrescentar que nesta época o sertão já não monopolizava a produção pecuarista. A criação de gado ao longo do século XVIII difundiu-se no território colonial, principalmente nos mercados mais lucrativos como a região das Minas Gerais. Afirma Antônio Barros de Castro que a pecuária do sertão nordestino passou a ter uma participação marginal no mercado, face a competição dos grandes pecuaristas da região sudeste do Brasil, especificamente Minas Gerais, e os da região sul que negociavam em território fora das delimitações brasileira. Conseqüentemente o mercado consumidor sofreu um retrocesso. Até a comercialização do couro também sofreu com um processo de estagnação da economia regional. Desta forma a economia pecuarista passou a assumir um caráter muito mais de subsistência. Restou à criação de gado do nordeste adaptar-se a um sistema de auto-sustentabilidade.

³² BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A Elite Colonial Piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, p.277.

³³ FERRAZ, Álvaro. Op.cit. p.45

³⁴ FURTADO, Celso. Op. Cit., pp.61-64

A partir de então, a pecuária do Sertão nordestino teve uma participação marginal no conjunto da economia brasileira.³⁵ A competição com os grandes pecuaristas da região sudeste do Brasil, especificamente Minas Gerais, junto aos pecuaristas do sul que ainda negociavam com territórios fora das delimitações brasileiras mostrou-se desigual.

No Vale do São Francisco, ao longo do século XVIII, surgiram os primeiros povoados, as pequenas vilas com suas primeiras câmaras de vereadores todos originários das fazendas de gado.³⁶ A cidade de Floresta do Navio como já foi mencionado anteriormente, tem sua origem no povoado de Fazenda Grande, que por sua vez correspondia a uma parte pertencente a grande sesmaria da casa da Torre. O que observamos é que na época o município de Floresta já se ressentia com o processo de estagnação do mercado pecuarista, decorrente da decadência açucareira e da própria estagnação do mercado regional. Mais adiante no texto, com a análise dos inventários, evidenciaremos as famílias proprietárias de terras na região florestana que se dedicaram à criação de gado, mas já destinada à subsistência das respectivas famílias inventariadas.

Duas possibilidades são levantadas quanto à forma de aquisição da propriedade de Fazenda Grande. A primeira teria relação com um processo de herança. É cogitada a possibilidade de um parentesco entre os primeiros proprietários da fazenda – Antônio Pereira Falcão e sua esposa D. Maria Gomes Maciel – com o casal Garcia d'Ávila Pereira e Inácia de Araújo Pereira. Nesta hipótese, Fazenda Grande teria sido um legado deixado pela casa da Torre.³⁷ A segunda hipótese é a de que em face da impossibilidade dos d'Ávila de manterem sob seu domínio o imenso território conquistado, eles recorreram então a formação de concessões de arrendamento ou venda de suas terras recebidas em sesmarias. Neste caso os proprietários de Fazenda Grande teriam adquirido a terra através de uma destas alternativas.³⁸

Em fins do século XVIII alguns povoados eram sede político-administrativa, daí porque dispunham de cartórios, escrivões, juizes, enfim, todo um aparato “legal”. Em geral ocupavam a sede das freguesias. A mais antiga freguesia do Sub-médio São Francisco é a de Pajeú de Flores, cujo título data de 1783. Ali funcionava, também, a sede administrativa do Povoado de Fazenda Grande. Pajeú de Flores está localizada na zona norte do Submédio São Francisco, mais especificamente na região denominada Sertão de Rodelas. Suas terras, como

³⁵ CASTRO, Antônio Barros de. Op. Cit., p.25

³⁶ Idem, p.45

³⁷ FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. Op.cit.p.57

³⁸ FERRAZ, Álvaro. Op.cit.p.45

as de toda essa região da margem pernambucana do Rio São Francisco até a serra do Araripe pertenciam, em grande parte, ao mestre-de-campo Francisco Dias d'Ávila, proprietário das posses que compreendiam a casa da Torre, legado concedido por governadores de Pernambuco. A paróquia que atendia a população de Pajeú de Flores tinha a sede em Cabrobó, cujo o título de freguesia foi recebido em 1786.³⁹

Antes de receber o título de freguesia Pajeú de Flores fazia parte do julgado de Tacaratu. Na época um julgado era uma localidade que tinha um juiz ordinário e um tabelião. Em 1776 a povoação de Pajeú de Flores torna-se um julgado independente de Tacaratu. Um fato relativo a essas localidades é a que provavelmente o título obtido pelas mesmas talvez fosse reflexo da importância de alguns de seus moradores. Em 1770, por exemplo, habitavam nestas terras um “capitão dos forasteiros” da Ribeira; em 1781 havia ali um sargento-mor “dos forasteiros da classe dos homens pardos”, cuja jurisdição se estendia ao Riacho do Navio, território que posteriormente fez parte de Floresta do Navio.⁴⁰ Pajeú de Flores, quando se tornou município, compreendia um território que se estendia por todas as terras que margeassem o Rio Pajeú. Mais tarde, nessa vastidão de terras surgiram os municípios de Afogados da Ingazeira, São José do Egito, Triunfo, Serra Talhada, Belmonte, Floresta do Navio e Tacaratú.⁴¹

No tocante à origem de Tacaratú ainda não foram encontrados registros mais remotos. A exemplo de Floresta do Navio, os dados referentes a Tacaratú são, quase sempre, relacionados a criação da povoação de Fazenda Grande, cuja denominação foi modificada para vila de Floresta do Navio. Sobre a origem de Tacaratú encontramos o seguinte histórico:

Tacaratu- Município sertanejo à margem do rio S. Francisco, tendo por sede a cidade de Jatobá.(...)Da existência de Tacaratu pode ser assinalado seu início no fim do século XVIII.Sabe-se que primeiro foi maloca ou ajuntamento de índios bravios da tribo Pancururús, Umans, Vouves e Geritacó, nacionalidade Kariry, sendo que a maloca se denominava Canna-Brava (Pindae). Depois esses índios foram aldeados no lugar que ainda hoje conserva o nome Brejo dos Padres, pois que alli foi uma missão, dirigida por padres da congregação de S. Filippe Nery. E com esses elementos, mais ou menos, se povoou a antiga Villa de Tacaratú, primitiva sede do município, hoje unicamente da freguesia. Por velhos documentos vê-se que, em 1752,

³⁹ GOMINHO, Leonardo Ferraz. *A Rebelião da Serra Negra: A Praieira no Sertão*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Recife, 1993. p.19

⁴⁰ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Apud. GOMINHO, Leonardo Ferraz. Op. Cit, pp. 19-22

⁴¹ GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, p. 136.

era curato e alli existia uma pequena capella consagrada a N. S. da Saúde, provavelmente erigida pelos congregados.⁴²

Tacaratú possui um histórico semelhante, sendo também uma região onde desenvolveu-se a pecuária desde o século XVIII. Em 1752 a povoação havia recebido o título de Curato, ou seja, possuía seu próprio vigário. Devido a esta situação, os próprios habitantes do respectivo povoado solicitaram, no mesmo ano, a criação de uma freguesia na localidade. A área do Povoado fazia parte da região de Alagoas. Nesse mesmo período, o termo de Tacaratú teve suas fronteiras demarcadas e seu território resultou do desmembramento da área da Paróquia de Nossa Senhora do Ó do Porto da Folha ou Traipu da Comarca das Alagoas. Outras partes do território, antes faziam parte do que veio a se tornar a Comarca de Tacaratú como Cabrobó e Ararobá, hoje Cimbres. A capela de Nossa Senhora da Saúde, localizada na fazenda do Tenente João Teixeira de Pinho e Silva, serviu de Igreja Matriz da respectiva Comarca⁴³.

Por muito tempo, Floresta do Navio e Tacaratú tiveram uma estreita relação administrativa, pois Floresta fez parte da freguesia de Tacaratú até 1846 quando recebeu seu título de vila de Floresta do Navio. No mesmo ano a elite política florestana instaurou a Câmara Municipal da vila de Floresta, fato que possibilitou o município maior autonomia em relação a Tacaratú.

Ill.mo e Ex.mo Sr. Presidente desta Província.

Em virtude da Lei provincial nº153 do presente anno; e ordens de V.Ex. a acaba hoje de ser organizada e empossada a Câmara Municipal desta villa, seguindo-se em tudo de conformidade com a lei, o q. esta Câmara leva ao conhecimento de V.Ex.a Estimamos muito ter occasião de assegurar a V.Ex.a o nosso muito respeito, e submissão. D.s G.e a V. Ex.a Câmara Municipal em sessão extraordinária de 30 de junho de 1846.”⁴⁴

Em 1849 a sede de vila de Floresta do Navio foi transferida para Tacaratú. Isto se deu, segundo a historiadora Maria Leda Oliveira, devido a uma reprimenda por parte do governo

⁴² Ibidem.

⁴³ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op.cit.

⁴⁴ Livro “Câmaras Municipais”, v.24, f.256 – Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Apud, GOMINHO, Leonardo Ferraz. Op. Cit. P. 57

imperial contra o posicionamento da elite política de Floresta em apoiar o movimento liberal conhecido como A Praieira, ocorrido em 1848⁴⁵.

O movimento de resistência denominado Rebelião da Serra Negra foi desencadeado por membros da elite política de Floresta do Navio e Pajeú de Flores. Tinha por líderes figuras como tenente-coronel Francisco Barbosa Nogueira Paz, Manoel Rodrigues Mariz de Pajeú de Flores; Em Floresta foram Joaquim de Souza Ferraz, Serafim de Souza Ferraz, que foi o primeiro presidente da Câmara Municipal da Vila de Floresta em 1846 e era correligionário de José Rodrigues de Moraes, João Pereira dos Santos Castro e José Rodrigues de Moraes, este último vereador de Floresta do Navio e presidente interino da Câmara Municipal nos anos de 1846 e 1847⁴⁶.

O motivo apontado como o estopim que veio a desencadear a rebelião da Serra Negra está associado ao processo de eleição realizado pelo governo conservador em 1849. Na ocasião foi enviada a Floresta uma comissão de fiscalização do processo eleitoral, evidenciando a preocupação do governo em relação ao posicionamento liberal adotado por membros da elite política florestana. A comissão eleitoral sofreu um atentado que resultou no assassinato do Padre Joaquim José Veras, que era membro da comissão eleitoral. O inquérito do assassinato apontou José Antônio Pereira, proprietário da Fazenda dos Bois localizada em Floresta, como o autor do crime e, Francisco Barbosa Nogueira Paz, José Rodrigues de Moraes e Serafim de Souza Ferraz como mandantes do crime⁴⁷.

Os políticos liberais da região se rebelaram contra a acusação e a perseguição feita às pessoas acusadas, no envolvimento do assassinato do Padre Joaquim José Vegas. Concluído o inquérito os acusados amotinaram-se no território da Serra Negra e passaram a combater as tropas imperiais, nessa época, contando com o apoio dos políticos liberais da região de Floresta do Navio e Pajeú de Flores. Com a derrota dos rebeldes, Pajeú de Flores teve sua sede de município transferida para a povoação de Serra Talhada. Floresta do Navio também foi penalizada com a perda do título de vila para Tacaratú que assumiu a administração do município de Floresta do Navio.⁴⁸

⁴⁵ SILVA, Maria Leda Oliveira Alves da. *Floresta do Navio: cidade pernambucana do gado (1850-1888)*, Dissertação de Mestrado em História, 1997. pp. 13-15

⁴⁶ GOMINHO, Leonardo Ferraz. Op. Cit., p. 65

⁴⁷ Idem, p. 94

⁴⁸ FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. Op.Cit. pp.98-99.

A lei provincial nº248, de 1849, transferiu para a povoação de Tacaratú, que ficou elevada á villa, a sede do termo de Floresta, então compreendendo as freguesias de Fazenda Grande e Tacaratú.⁴⁹

A restauração da vila de Floresta só veio acontecer em 1864. Uma hipótese levantada com relação a este fato está associada a deflagração da Guerra do Paraguai, em face a necessidade do governo Imperial de todo o apoio possível incluindo as elites das vilas penalizadas pelo apoio a Praieira.⁵⁰

⁴⁹ GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Op. Cit., p. 136.

⁵⁰ Ibidem, FERRAZ, Carlos Antônio de Souza.

1.3 - A Sociedade e Laços de Família

Os grupos de colonos que se dispuseram à determinada empreitada, ocuparam uma região que se denominava *sertão* por conta de sua distância territorial do litoral, conseqüentemente, uma região distante dos olhos do rei e de Deus. Uma terra sem lei, usando as palavras de Emmanuel Araújo⁵¹, uma terra sem a ordem pública portuguesa.

A implantação de uma nova ordem levada a efeito por Portugal em sua colônia americana deu origem a uma complexa relação de poder face a debilidade da estrutura burocrática do Império para atuar em todo o território da colônia e o conseqüente fortalecimento do poder das forças locais. É consenso entre os estudiosos que as relações sociais no Brasil foram marcadas pelo clientelismo e despotismo na sociedade do Brasil Independente.

No sertão nordestino o despotismo e clientelismo ficaram como marca registrada da sociedade local. Estas características surgiram na fase de conquista e povoamento da área quando a atuação dos colonos não era submetida ao controle de Estado e o grosso da população gravitava em torno dos senhores de terra que se tornaram os donos do poder local.

A sociedade que se formou no sertão pernambucano fornece visões de como foi implantada a ordem pública no interior do nordeste brasileiro. Entre os agentes históricos desse processo a mentalidade achava-se arraigada nos princípios e valores da sociedade ocidental européia. Como o ambiente em que viviam era muito diferente, os grupos construtores atuaram com base na sua cultura, fazendo uma nova leitura dos códigos de leis e dos costumes europeus. Para a sobrevivência no novo habitat fez-se necessário a adaptação. A nova ordem foi forjada através das relações familiares. Como afirma Fernando Novais,

É inegável que a história do Brasil, nos três primeiros séculos, está intimamente ligada a da expansão comercial e colonial européia na época moderna. É nesse contexto que se produz o desenho da família.⁵²

⁵¹ ARAÚJO, Emmanuel, *Tão Vasto , Tão Ermo, Tão Longe: O Sertão e o Sertanejo nos Tempos Coloniais*. In. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Org. Mary Del Priore, Campus, 2000. pp., 45-92

⁵² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Hucitec, 2ed. São Paulo, 1981, p., 47

O ponto de partida deste desenho, conforme é consenso entre os historiadores, antropólogos e sociólogos, foi o confronto entre o modelo de sociedade ibérica transplantada para o Brasil e os elementos próprios da cultura indígena e dos africanos que aportaram no Brasil. O caldeamento dos valores e princípios destes três grupos étnicos por si já seriam suficientes para dar lugar a uma nova realidade social. Porém juntaram-se ainda fatores como as características próprias do novo ambiente e a forma como se desenvolveu a cultura material a determinar o perfil da nova sociedade que se formava distante da metrópole sob a influência do poder local.

No caso específico da região sertaneja verifica-se ainda a incapacidade do estamento burocrático do Estado em focalizar ou controlar de perto o processo de formação das comunidades que surgiram na região desde o início do processo de expansão da área de colonização. Nem mesmo a Igreja, cuja missão de catequese teria como efeito o processo de inserção da população nativa e de africanos na nova ordem social implantada apresentou-se como uma instituição suficientemente forte para reger as relações sociais que se estabeleciam no interior do nordeste brasileiro. A dispersão da população de colonos pelo sertão por sua vez agrava o quadro de dificuldades impostas aos poderes incubidos de acompanhar a vida desses habitantes imprimindo-lhes os princípios, valores e normas de origem ibérica.

No sertão nordestino, região conquistada e colonizada por pessoas procedentes das áreas onde a colonização já havia se consolidado, a família foi o elemento primordial na formação das sociedades nascentes. Apesar das adaptações sofridas, resultantes das características próprias do meio geográfico e social ali constituído, percebe-se através das relações que as leis do Rei e da Igreja se difundiram e foram aplicadas no interior do nordeste.

Os re-povoadores do sertão traziam em sua bagagem cultural uma concepção de família já vivenciada em outras áreas do Brasil. Rosana Amara Girard resume este modelo que antes já havia sido identificado por estudiosos como Gilberto Freyre. Nele mesclam-se traços de épocas distintas como a antiguidade clássica e os tempos modernos.

Os traços da organização jurídica eram bem definidos: nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do “pater famílias”. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra “família”, derivada de “famulus”, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que

mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os “liberi”.⁵³

A sociedade da região de Floresta do Navio e de Tacaratú, originária deste modelo adaptado às características econômica, ambientais e sociais locais, apresenta-se, no século XIX, como uma típica sociedade do sertão pernambucano. Em seu processo histórico tiveram importância elementos que vieram a se constituir como instituição como, por exemplo, a família, a casa dentre outras. Delas resultaram o clientelismo, Richard Graham define como *um agudo senso de hierarquia social e a prática constante de prestar favores em troca de obediência*.⁵⁴ As relações sociais foram ao longo do tempo delineadas por padrões sociais de base clientelística cuja repercussão extrapola o ambiente privado da família, o que veio a atingir toda a estrutura política-administrativa da região.

Diante deste quadro social marcado pela importância dos laços familiares e pelos vínculos de proteção os homens ficaram reféns do lugar. Para alguns núcleos essa prisão foi estabelecida em tempos idos quando os antecessores receberam sesmaria. A condição de proprietários de terra os distinguia social e politicamente dos demais habitantes. O poder decorrente desta condição, legitimado socialmente foi repassado as gerações seguintes descendente destes senhores, através da distribuição patrimonial pela lei de herança.

Os homens sentiam-se fortemente presos ao lugar, talvez precisamente por causa dos laços familiares e dos vínculos de proteção, mas também, para alguns, pela propriedade da terra. As atividades agrícolas e de criação de gado, sobretudo para a exportação, definiam zonas distintas com laços políticos, e o primeiro passo para uma interpretação da vida política brasileira é identificar os vínculos regionais.⁵⁵

⁵³ FACHIN, Rosana Amara Girardi. *Em Busca da Família do Novo Milênio: Uma reflexão sobre as origens históricas e as perspectivas do Direito de Família brasileiro contemporâneo*. Biblioteca de Teses, Renovar, Rio de Janeiro – São Paulo, 2001, p.,04

⁵⁴ GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política o Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1987, p. 27

⁵⁵ GRAHAN, Richard. Op.cit.p.28

CAPÍTULO II

RETRATO DE FAMÍLIA

*A moldura deste retrato em vão prende seus personagens.
Estão ali voluntariamente,
saberiam - se preciso- voa”⁵⁶*

FAMÍLIA, termo que proporciona o desencadeamento de interpretações que oscilam entre definições bastante pessoais e estudos científicos, gerando uma complexa teia que, necessariamente, não anula outras possíveis interpretações, mas que elegem um paiol de relações que coabitam entre o poder e vivência e, que transcendem qualquer definição concreta. Por essa razão não aprisionamos nosso objeto de estudo, família florestana do século XIX, num único conceito. Além disso trabalhamos com um grupo restrito de núcleos familiares inventariados. Entretanto, procuramos desenvolver a nossa visão e construir nossa “moldura” para delimitar os espaços por nós “fotografados”.

Nossa fotografia apresenta forma peculiar, onde as palavras conduzem a construção da imagem. É necessário que se esclareça que a composição deste retrato foi construída sob uma perspectiva Weberiana, onde o grupo familiar assume as características de um “comunismo doméstico”, ou seja, engloba todo o indivíduo que coabita e consome os “bens cotidianos”.⁵⁷ O modelo de família pelo qual estamos nos guiando parte então do cotidiano da casa, da propriedade. Tem por referência o que os moradores de determinados domicílios produziam, e as relações estabelecidas entre eles observadas a partir dos laços de sangue, do casamento e do poder.⁵⁸ Neste retrato buscamos visualizar os hábitos comportamentais externados através do vestuário, dos utensílios domésticos utilizados. Na composição do retrato têm destaque a prole. Se era os filhos em grande quantidade, se os mesmos por ocasião da morte dos seus genitores eram crianças, menores de idade, adultos, emancipados ou casados. Neste último caso o retrato pode ser ampliado com a existência de netos que correspondiam a terceira

⁵⁶ ANDRADE, Carlos Drumond de Andrade, APUD in BARROS, Myrian Moraes Lins de; STROZENBERG, Ilana, *Álbum de Família* – Rio de Janeiro: Comunicação Contemporânea, 1992. 120p. p 15.

⁵⁷ Weber, Max. *Economia e Sociedade*. UnB, 3ªed., Brasília, 2000, p.291

⁵⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial- 1550-1835*. Companhia Das Letras. Em co-edição com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, São Paulo, 1988, p., 310

geração garantindo a continuidade da família. Em síntese, a nossa imagem capta o espaço da casa, seu mobiliário e quem a coabita.

Os Núcleos familiares florestanos representados nos processos de inventários dos bens particulares referentes ao século XIX fazem parte do conjunto de documento da população que iniciou seu processo de ocupação na região de Floresta do Navio, através da apropriação de terras pertencentes a sesmaria dos d'Ávila. Na conquista do Sertão a condição de sesmeiro era indicativo de prestígio sócio-político dos colonos.⁵⁹ A condição de conquistadores do Sertão, “domesticador” de índios e criador de gado possibilitava o reconhecimento social aos “bandeirantes”. Eram requisitos para obter título de terra e de patentes. Também autorizavam o conquistador a eleger os delegados da nova ordem social implantada no sertão. Estes, tanto podiam ser companheiros da conquista como parentes do sesmeiro.

O conquistador-“bravo e destemeroso”, resignado e tenaz”, com “desempenho viril”- assumiu a figura, nas primeiras tintas que lhe definiram o perfil, do cativador de índios, do buscador das minas, do rastreador de campos de criação, contratado “pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentavam mais rija resistência”. Os conquistadores podiam cativar legalmente a indiada, recebiam vastas concessões territoriais, iam autorizados a distribuir hábitos e patentes aos companheiros mais esforçados.⁶⁰

Segundo a historiografia brasileira, foi a família e não os indivíduos isolados ou mesmo o Estado que efetivamente repovoou e valorizou economicamente o território brasileiro. Também é consenso entre os estudiosos que no interior do Brasil, além de produzir riqueza, ampliar o território brasileiro, a família exercia a justiça, controlava a política e imprimia as características da vida religiosa e do cotidiano social.

Os estudos dos genealogistas⁶¹ da região de Floresta do Navio apontam seis famílias pioneiras no processo de ocupação e desenvolvimento de Floresta. São elas: os Lopes Diniz, os Menezes, os Novaes, os Gomes de Sá, os Ferraz e os Silva Leal. A estas são atribuídos como descendência os núcleos familiares inventariados nesse estudo. Portanto é interessante para a compreensão do povoamento de Floresta que se observe a formação de tais famílias e

⁵⁹ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Op. Cit., p., 74

⁶⁰ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato político brasileiro*. 3ª edição, São Paulo: Globo, 2001. pp. 180-181

⁶¹ Trabalhamos com WILSON, Luiz. *Roteiros de Velhos e Grandes Sertanejos*. Vol.I, biblioteca pernambucana de história municipal. GOMINHO, Leonardo Ferraz. *Floresta: uma Terra – um Povo*. Coleção Tempo Municipal, Centro de Estudos de História Municipal., Floresta, 1996. FERRAZ, Álvaro. *Floresta: memórias de uma cidade sertaneja no seu cinquentenário*. Cadernos de Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura.

posteriormente, ampliar o conhecimento sobre as mesmas, no sentido de verificar o espaço político que ocupavam nas instâncias de poder.

A importância atribuída ao comportamento das primeiras famílias tem o intuito de construir um saber acerca da formação do poder político e da legitimação do mesmo na sociedade florestana cujo processo foi desencadeado pelos primeiros proprietários de terras da região. A migração dessas famílias ou de indivíduos que vieram constituir famílias na região consolidou o povoamento do território, ao desenvolver a economia local e efetivar a construção de uma organização administrativa de caráter próprio, uma vez que respondia às necessidades da sociedade local.

Como observa Raymundo Faoro: *A vida indômita do conquistador, sua dispersão na mata, o equipamento da tropa à sua custa, ditar-lhe-ia uma forma especial de sociabilidade, num contexto próprio de relações com o poder público. Decorre daí, conforme o mesmo estudioso, a maneira de ser do sertanejo. A herança do conquistador- o “coronel e o capanga”, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto(...) permanecerá , estável, conservadora, na vida brasileira*⁶².

Voltando à questão relativa as famílias de Floresta, constata-se que os grupos das seis destas, identificadas pelos genealogistas como pioneiras, achava-se consideravelmente ampliado. Essa constatação se faz através dos inventários processados entre as décadas de 40 e 80 do século XIX, referentes à população de Floresta, cujos autos fazem parte do acervo do Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE. Neste corpus documental identificamos 32 sobrenomes ou nomes de família na região. Relacionamos a seguir o nome dessas famílias em ordem alfabética.

⁶² FAORO, Raymundo. Op. Cit., p., 182

Quadro Nº 01

Famílias residentes em Floresta. Décadas de 40-80 do século XIX.

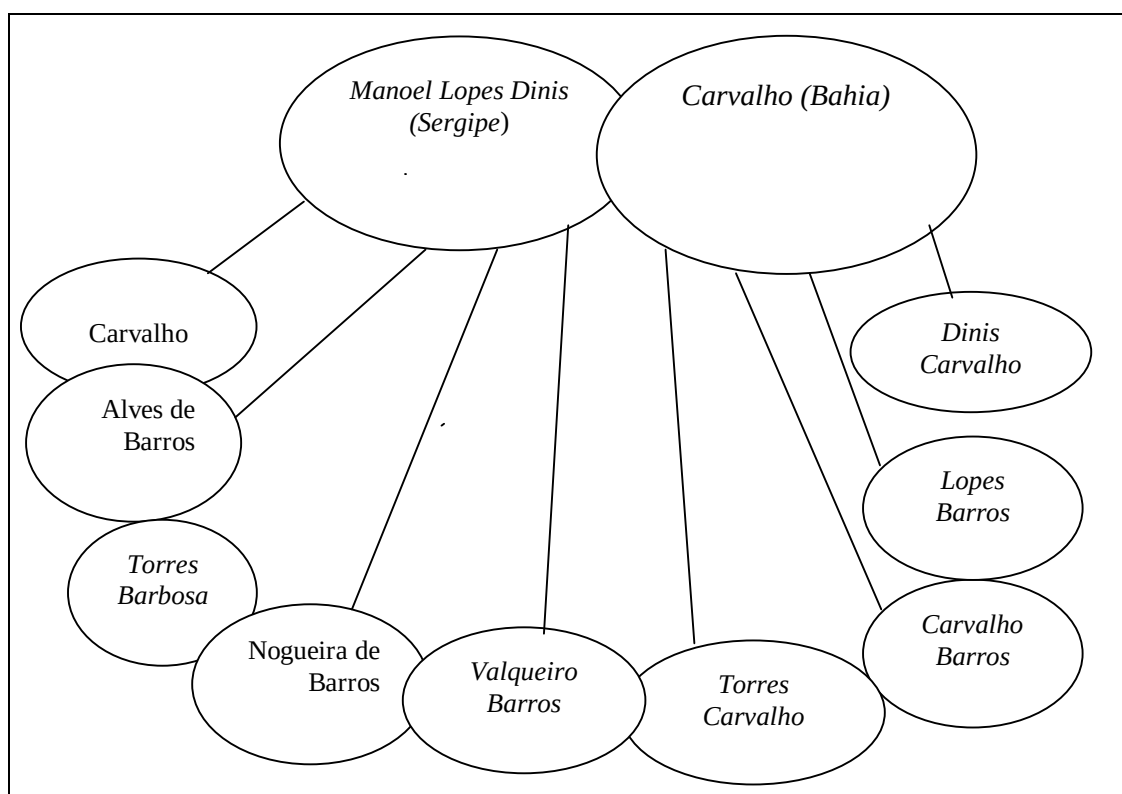
<i>Araújo</i>	<i>Melo</i>
Barros	<i>Novaes</i>
<i>Barreto Marimbondo</i>	<i>Pereira</i>
<i>Carvalho</i>	<i>Pereira da Silva</i>
<i>Cavalcanti</i>	<i>Pires Ribeiro</i>
<i>Correia de Brito</i>	<i>Ramos Nogueira</i>
<i>Correia Mauricio</i>	<i>Rodrigues Lima</i>
<i>Coelho da Silva</i>	<i>Rodrigues de Novaes</i>
<i>Costa Soares</i>	<i>Sá</i>
<i>Gomes de Barros</i>	<i>Silva</i>
<i>Gomes de Menezes</i>	<i>Soares da Silva</i>
<i>Gomes de Sá</i>	<i>Souza</i>
<i>Gomes de Sá e Silva</i>	<i>Souza Ferraz</i>
<i>Gonçalves Torres e Silva</i>	<i>Souza e Silva</i>
<i>Lima</i>	<i>Souza da Silveira</i>
<i>Lopes Dinis</i>	<i>Teles de Menezes</i>

Fonte: Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE

Dentre os nomes ou sobrenomes apontados no quadro acima alguns são identificados nos estudos genealógicos da região de Floresta como desmembramento dos núcleos remanescentes das famílias pioneiras no processo de ocupação e colonização florestana. É o caso da família Barros, cuja origem na região de Floresta do Navio é atribuída aos casamentos exógenos entre membros da família, oriunda da Bahia com um Lopes Diniz, procedente de Sergipe. Exemplificamos as famílias originárias dos respectivos núcleos no quadro abaixo:

Quadro nº 02

Quadro demonstrativo dos núcleos familiares descendentes dos Lopes Dinis e Carvalho:



Fonte: GOMINHO, Leonardo Ferraz. *Floresta: uma terra- um povo*. Coleção Tempo Municipal, Centro de Estudos de História Municipal, Floresta, 1996, pp., 56-83.

Segundo o genealogista Luiz Wilson, o primeiro Lopes Dinis a fundar uma fazenda no território florestano foi Manuel Lopes Dinis em 1756.⁶³ A propriedade denominada de Fazenda Panela d'Água estava localizada numa distância de sete léguas ao norte de Fazenda Grande que posteriormente deu origem ao município de Floresta. O respectivo estudo sobre a descendência dos Lopes Dinis revela que em um determinado período, especificamente em

⁶³ WILSON, Luiz. Op. Cit., pp.,109-202.

fins do século XVIII, os descendentes de Manuel Lopes Dinis constituem núcleos familiares com a família Carvalho, esta última vinda da Bahia, dando origem a núcleos que receberam os nomes de Barros, Carvalho, Alves de Barros, Torres Barbosa, Nogueira de Barros, Valqueiro Barros, Torres Carvalho, Carvalho Barros, Lopes Barros e Dinis Carvalho. O mesmo autor atribui às famílias Lopes Dinis e Carvalho a responsabilidade pelo intenso povoamento das regiões de Floresta do Navio, Belém do São Francisco, Cabrobó e Serra Talhada.

No quadro demonstrativo da lista dos nomes de famílias inventariadas, observamos que além de surgir os nomes das famílias Lopes Dinis e Carvalho, surgiram os nomes das famílias apontadas como descendentes dos dois grupos. Entretanto esses nomes de família já aparecem entrelaçados a outros nomes de família. Como é o caso dos Gomes de Barros, dos Gonçalves Torres e Silva e, dos Ramos Nogueira. Atribuímos o fato desses nomes de família já surgirem entrelaçados por se tratar de um outro momento da história desta sociedade. O primeiro momento de ocupação e colonização da terra data do início do século XVIII. A segunda metade do século XIX compreende outro momento. Nele, a formação social já se achava em processo de consolidação e outras famílias haviam chegado na região de Floresta do Navio.

Observamos amplo entrelaçamento entre as famílias pioneiras a partir da composição dos nomes das pessoas pertencentes às famílias identificadas nos processos de inventários. Originalmente o nome Gomes de Sá, por exemplo, aparece com frequência entre as famílias coletadas. Dentre eles encontramos os Gomes Barros, Gomes Menezes, Gomes de Sá e Silva e Sá. O mesmo acontece com o ramo dos Novais, que deu origem a Rodrigues Novais e com os Ferraz, de onde surgiu os Souza Ferraz. Apontamos também, a possível descendência dos Souza, os Souza e Silva e os Souza da Silveira.

Estes entrelaçamentos são indicadores de que esta sociedade se encontrava em momento de crescimento demográfico. O casamento entre membros de vários grupos familiares demonstra a presença e o estabelecimento de pessoas de nível social equivalente. A variedade de nomes de famílias, bem como o surgimento de outros nomes como Araújo, Barreto Marimbondo, Cavalcanti, Correia de Brito, Correia Maurício, Costa Soares, Lima, entre outros, demonstra a chegada de outros grupos de famílias que necessariamente não teriam origem no agrupamento familiar pioneiro, o que acarretou em uma diversidade de grupos familiares na formação da sociedade florestana.

A importância em ressaltarmos que os núcleos familiares coletados nos processos de inventários são descendentes dos núcleos familiares pioneiros na região de Floresta do Navio tem a ver com a perspectiva de ilustração do retrato de família. Através da descendência pode-se resgatar a trajetória dessas famílias em diversos momentos do desenvolvimento em Floresta do Navio. Na segunda metade do século XIX o contexto sócio-econômico era diferente daquele do século XVIII. Não havia sentido de pioneirismo. As famílias oitocentistas da região florestana já assumiram um sentido de ocupação efetivada. Os proprietários da terra, título recebido por herança, pertenciam à 3ª ou 4ª geração dos núcleos familiares pioneiros e já haviam estabelecido entrelaçamento com pessoas de outros núcleos. Isto veio a contribuir para a consolidação da sociedade florestana.

2.1 - População de Floresta do Navio: senso e organização social

No censo de 1859⁶⁴ de Fazenda Grande, o mais remoto censo referente à região florestana, identificamos algumas características gerais da população que habitava a respectiva área. As informações coletadas possibilitaram a organização de um panorama de como se encontravam os ocupantes desta terra. Visualizamos a condição social, cujos núcleos familiares em questão estavam inseridos. Nesta data o total da população de Fazenda Grande era de 1.677 habitantes, sendo 1.399 o número de indivíduos livres representando 85,46% da população e 238 escravos representando 14,54% do total dos habitantes.

Nos dados referentes à organização social da região, extraímos a partir das atividades desenvolvidas pela população livre, um percentual referente a cada atividade econômica. Constatamos que 29,14% dos indivíduos livres eram criadores de gado, 63,24% desenvolviam a agricultura de subsistência e, 3,31% eram vaqueiros.

⁶⁴ Estatística da População de Fazenda Grande – 1859. Arquivo Público do Estado, Polícia Civil. Vol. 59, p.256, Recife, Pernambuco.

2.2 - Os domínios da Família e suas atividades econômicas

Os núcleos familiares inventariados a partir da documentação cartorial estão cronologicamente situados entre as décadas de 40 e 80 do século dezanove. Com base nos tipos de bens arrolados nos processos identificados, essas pessoas dedicavam-se a atividades associadas a agricultura e pecuária. Esta observação vai ao encontro da afirmativa de Maria Leda Alves da Silva de que uma parcela da população florestana possuidora de propriedades dedicavam-se ao mesmo tempo as duas atividades em suas terras. Mesmo os criadores de gado desenvolviam uma agricultura de subsistência cuja produção também abastecia o mercado regional.

A característica principal das fazendas era a produção hegemônica do gado vacum, sem excluir o cavalar, cabrum/ovelhum, o algodão e a agricultura de subsistência.⁶⁵

No Brasil a cultura do algodão, no início da colonização, século XVI e XVII, se deu de forma correspondente às necessidades cotidianas dos colonos. No início do século XVI, observamos nos relatos dos cronistas a utilização do algodão pelos índios de forma bastante peculiar ao seu cotidiano. A carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1500, dirigida a D. Manuel, O Venturoso, demonstrou a utilização do algodão entre os nativos:

Tambeem amdavam amtreles qutro ou sinquo mulheres mosas, e asy nuuas que nom pareciam mal; amtre hás quaaes amdava huuma com huuma coxa do jiolho ataa ho quadryl, e há nádega toda timta daquela tintura preta, e o al todo de sua própria cor; outra trazia ambolos jiolhos com hás curvas asy timtas, tambem hos colos dos pees; tambem amdava hy outra mulher moso com hum pano nom seey de que ahos peitos, que nom lhe parecia senom hás perninhas; mas as pernas da may, e o hal nom trazia nehuum pano.⁶⁶

O algodão nativo no Brasil pertence a espécie *Gossypium barbadense* e teve produção *sui generis* no nordeste brasileiro entre os séculos XVIII e XIX. O Maranhão foi o primeiro exportador durante o período colonial, entre os anos de 1805-1812. No Piauí, Ceará, Rio G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, cultivava-se o algodão do tipo

⁶⁵ SILVA, Maria Leda Oliveira da. Op., Cit., p.20

⁶⁶ Carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1500, dirigida a D. Manuel, O Venturoso, Apud AMARAL, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira no triplice aspecto Político-Social-Econômico*. Vol. II, 2ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife –MEC-, Brasileira (Série Grande Formato) vol. 16, direção- Américo Jacobina Lambe, p.,03

denominado *Sea Island*. “Esta nova e muito especial estirpe abrange todos os graus superiores dos algodões mais valiosos do mundo” ⁶⁷ e, colocaram o Nordeste como grande celeiro da planta e o Brasil entre os cinco primeiros países, Estados Unidos, Índia Inglesa, Egito, China, dentre os 23 maiores exportadores da fibra de algodão entre meados do século XIX e início do século XX.⁶⁸ Segundo Manuel Correia: *Por isso podemos, dizer que desde 1750 até 1940 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços.*⁶⁹

A manufatura da fibra do algodão no ambiente micro-regional foi de grande valor para a sobrevivência da população no seu cotidiano, era comum as propriedades terem sua fiadeira para a produção de caráter doméstico. A historiografia brasileira aponta a cultura do algodão e esta produção doméstica como um dos fatores que contribuíram para um comércio local. Essa produção da casa era comprada por comerciantes para serem vendidas em feiras, o que também contribuiu para o surgimento de vilas e cidades. Sobre a presença da cultura do algodão em Floresta do Navio podemos afirmar que seu desenvolvimento seguiu este padrão de produção para o cotidiano doméstico. De acordo com os dados presentes nos processos de inventários era comum a prática de fiar o algodão nas propriedades na região florestana.

Um exemplo é o inventário de Maria de Sousa da Silveira, sogra de Serafim de Souza Ferraz, datado de 1861, registrado na comarca de Tacaratú.⁷⁰ Nele está relacionado entre os bens móveis um tear velho, indicando uma possível prática da manufatura do tecido artesanal do algodão.

É interessante ressaltar que no mesmo inventário, entre os bens móveis também foi relacionada uma roda de mandioca, o que demonstra uma estrutura produtiva de subsistência no domicílio. Os utensílios em questão nos deram uma idéia de que nesse ambiente doméstico a produção da farinha de mandioca e a produção artesanal doméstica de vestimentas de tecidos ordinários, como foi o caso do *algodãozinho* faziam parte do cotidiano da família.

O fato de não encontramos entre os bens descritos nos inventários da região florestana relação de fardos de algodão, nos leva a crer que o algodão nos domicílios florestanos entre as

⁶⁷ Idem, pp., 57-61

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. Op.Cit., p., 143

⁷⁰ Inventário *post mortem*, população de Floresta do Navio, século XIX. Laboratório de pesquisa Histórica da UFPE.

décadas de 1840-1880 era cultivado e processado para o fabrico de vestuário e outras peças de uso doméstico como a rede de dormir e sacos para armazenar grãos, por exemplo.

É interessante observar que a presença do algodão no cotidiano da população no nordeste tem sua origem nos hábitos dos índios da região. Surgiu daí o caráter regional do uso e produção de redes e de alguns tipos de tecidos, cujas funções dentro do universo regional não apresentam características de procedência européia. Sobre a utilização do algodão no cotidiano indígena do século XVI o relato do cronista francês Jean de Léry foi bastante elucidativo:

Depois de tirarem os casulos, em que se cria o capucho, o estendem com os dedos sem aliás o cardar, como acima disse, ao descrever a planta produtora do algodão, e reúnem em pequenos montes junto de si, no chão ou sobre qualquer objeto; e como não usam rocas, como as mulheres européias, seu fuso consiste em um pau redondo, da grossura de um dedo e do comprimento de quase um pé, com trincho de madeira da mesma grossura, nele atravessado; prendem o algodão na parte mais comprida do dito pau e, depois, rodando-o nas coxas e soldando-o da mão, como fazem as fiadeiras com as maçarocas, voltendo assim esse rolo com uma grande carrepete no meio da casa ou em qualquer outro lugar, formam não só fios para fazer rédes, mas, também, delgadíssimos e bem tecidos.⁷¹

No inventário feito por morte de Antônio Domingos do Nascimento, datado de 1863 e registrado em Tacaratú,⁷² observamos a presença, entre os bens móveis que compõe, principalmente, a parte do mobiliário da casa, uma rede de varanda. Este dado evidencia que havia diferentes tipos de rede. Umas mais simples e outras mais elaboradas. A rede deixada por Antônio, por exemplo, tinha varanda, isto é era franjada ao longo dos dois lados.

Sobre a pecuária em Floresta do Navio o trabalho de Maria Leda aponta que os criadores de médio porte da região possuíam um rebanho que variava entre 70-200 animais. Neste estudo a referência de um grande proprietário pecuarista da região é Serafim de Sousa Ferraz, que segundo o inventário trabalhado foi genro da inventariada Maria de Sousa da Silveira, cujos bens foram inventariados em 1860. Este inventário apresentou um total de 563 cabeças de gado vacum.⁷³

A partir dos inventários que utilizamos neste estudo foi possível identificar algumas características dos núcleos familiares dos inventariados. Alguns desses núcleos foram

⁷¹ LÉRY, Jean. Apud AMARAL, Luís. Op. Cit., p. 7

⁷² Inventário *post mortem*, população de Floresta do Navio, século XIX. Laboratório de pesquisa Histórica da UFPE.

⁷³ SILVA, Maria Leda Oliveira Alves da. Op. Cit. p.33

constituídos e vivenciaram o falecimento de um dos cônjuges na década de 1840, quando o regime da escravidão não havia sofrido qualquer ameaça efetiva, nem tão pouco a lei de Terra havia sido sancionada. Portanto, a realidade vivida por essas famílias apresentava-se muito mais próxima do modelo implantado pela colonização. Datam da segunda metade de século XIX as medidas governamentais que ocasionaram alterações de natureza sócio-econômica no cenário brasileiro.

Os anos quarenta oitocentista têm por característica o intenso movimento das forças políticas no processo de consolidação e estruturação do Império brasileiro. O ambiente político conturbado característico do Brasil nas décadas de 1830 e 1840 foi bastante intenso na região Nordeste. A Confederação do Equador, no Nordeste de 1824, Guerra na Cisplatina do Brasil em 1835, Noite das Garrafadas em 1831, Guerra dos cabanos em 1832, a Sabinada em 1837, a Balaiada em 1838 e a Praieira em 1848 foram desafios direto ao Império. Divisões no interior da elite brasileira quanto aos princípios básicos pelos quais o Brasil deveria ser governado. Estas divisões refletiram-se numa série de revoltas durante a Regência e geraram frutos no período que se seguiu à coroação de D. Pedro II em 1840.

A década de 40 do século XIX na região de Floresta também se configurou como um período conturbado, marcado por tentativas constantes de emancipação da política administrativa no território florestano, a elevação do povoado a categoria de vila, fato que se deu em 1846, e a implantação das Câmaras Municipais. Os ares de revolução permearam a mentalidade das famílias que compunham a elite política da região. Motivados pela “Praieira” de 1848⁷⁴ os líderes locais promoveram a Rebelião da Serra Negra, cuja consequência foi a perda, em 1849, da autonomia florestana em relação à Tacaratú. Floresta retomou o título de vila em 1864.⁷⁵

Voltamos à condição sócio-econômica dos núcleos familiares. Os dados coletados indicadores da atividade exercida por esses núcleos familiares na década de 1840, apontaram uma baixa quantidade de animais pertencentes aos mesmos. Na verdade a quantidade de animais descrita nos inventários não foi suficiente para classificar essas pessoas como criadores voltados para o abastecimento de mercado. Indica que a pecuária desenvolvida destinava-se à subsistência dos núcleos membros da família. Um exemplo é o inventário de Izabel Maria, onde são descritas apenas 10 cabras. Mesmo a família de Inácio Gomes da

⁷⁴ GOMINHO, Leonardo Ferraz. Op.Cit., pp., 57-64

⁷⁵ FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. Op.Cit., p.,99

Silva,⁷⁶ que possuía por ocasião de sua morte 20 cabeças de gado vacum, 20 cavalares e 80 ovelhas não pode ser definido como um criador de médio porte, conforme classificação citada de Maria Leda da Silva.

Quadro N° 03

Floresta, década de 1840. Amostragem de patrimônio pecuarista.

Inventário	Ano	Local	Gado Vacum	Gado Cavalar	Gado Caprum / Ovelha	Total
<i>Isabel Maria</i>	1839/1842	Pajeú de Flores	0	0	10 cabras	10
<i>Cypriano Gomes de Sá</i>	1842	Pajeú de Flores	0	0	0	0
<i>Inácio Gomes da Silva</i>	1843	Pajeú de Flores	20	20	80 ovelhas	120
<i>Manoel do Nascimento e Araújo</i>	1845	Pajeú de Flores	0	4	0	4
<i>Ponciana Maria de Jesus</i>	1845	Pajeú de Flores	0	1	0	1

Fonte: Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE

O quadro da página anterior, cujos dados foram coletados em inventários da década de 1840 corrobora com a hipótese de que esses grupos de família identificados desenvolviam uma criação de animais voltada para a subsistência. Também indica que era mais comum a criação de ovelhas. Mesmo Inácio Gomes da Silva que possuía gado vacum e cavalar tem nas cabras e ovelhas a maior quantidade de animais.

Convém ressaltar que os processos de inventário referentes aos moradores de Floresta, datados da década de 1840, foram registrados em Pajeú de Flores. Isto ocorreu por que como já foi citado, nesse momento Floresta do Navio se encontrava na condição de parte do território da Povoação de Tacaratú que, por sua vez tinha como comarca Pajeú de Flores.

Quanto ao patrimônio fundiário observamos na amostragem dos inventários da década de 1840 que a propriedade da terra não era comum entre os habitantes da região

⁷⁶ Doc. Cit.

florestana naquela época. Alguns inventariados possuíam apenas uma posse de terras como era o caso de Izabel Maria.⁷⁷ Outros tinham mais como a falecida Ponciana Maria de Jesus, senhora de 05 posses de terras na localidade de Várzea Redonda.⁷⁸

Acreditamos que essas propriedades foram adquiridas através de compra ou herança, já que a definição posse, neste período tem uma conotação de ocupação do lugar herdado ou adquirido através do *logro d'estas cousas*.⁷⁹ A propriedade adquirida através de herança é descrita nos inventários como uma “parte” de terras.

O inventário de Izabel Maria⁸⁰ teve seu início em 1839 e foi finalizado em 1842. Trata-se de um dos inventários que apresentou uma posse de terras no Brejinho, no valor de 20\$000 e, além desta posse, foi descrita, entre os bens de raiz, uma casa velha, o que nos levou a crer que esta terra e esta casa seria o local de morada de Izabel Maria e de seu marido José Correia da Silva. Identificamos Izabel Maria e seu marido José Correia da Silva como um possível casal de meia idade para a época, quando era alto o índice de natalidade da mulher em idade reprodutiva e com vida sexual ativa. No mesmo inventário constam nove filhos herdeiros do casal, sendo que a filha mais velha Antonia, com 18 anos de idade e, o mais novo Tristão, com 3anos. A diferença apresentada entre um filho e outro é de 1 à 3 anos. Pela idade da filha mais velha calcula-se que o casal teve vida matrimonial de aproximadamente 20 anos. Aparentemente Izabel Maria não faleceu por consequência de parto, pois seu filho mais novo tinha a idade de 3 anos, se fosse o contrário a criança apareceria como póstuma.

Com relação à posse de escravos observamos que em 70% dos inventários esta foi declarada. A quantidade de escravos por família se encontra entre dois a três cativos, com a predominância do sexo feminino. Nos quadros seguintes estão identificadas algumas características dos escravos descritos nos inventários trabalhados.⁸¹

⁷⁷ Inventário de Izabel Maria, 1839. Documento microfilmado pertencente ao acervo do Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE

⁷⁸ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

⁷⁹ SILVA, Moraes. Op.Cit. p.243.

⁸⁰ Doc. Cit.

⁸¹ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

Quadro Nº 04

Características dos Escravos da região de Floresta na década de 1840.

Inventário -Izabel Maria. Ano – 1839/1842				
ESCRVAVO	SEXO	IDADE	ETNIA	VALOR
Antonio	M	1 ano e meio	CABRA	80\$000
Antonia	F	3 anos	-	150\$000
Joaquina	F	20 anos	MULATA	400\$000
Damiana	F	22 ano	CRIOULA	350\$000
Inventário –Inácio Gomes da Silva. Ano - 1843				
Jerônimo	M	16 anos	CRILOLO	300\$000
Anna	F	17 anos	CRILOLA	300\$000
Inventário – Manoel do Nascimento e Araújo. Ano - 1845				
Vicente	M	-	-	30\$000
Regina Antonia	F	-	-	25\$000
Benedita	F	22 anos	ANGOLA	35\$000
Bernardo	M	25 anos	ANGOLA	35\$000

Fonte: Inventários *post mortem*- século XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

A amostragem da população escrava existente na região de Floresta na década de 1840 compõe-se de africanos e de cativos nascidos no Brasil.⁸² Entre os primeiros predominaram os Angolanos enquanto no segundo grupo já é identificada a miscigenação na figura dos cabras e mulatos embora predominassem os crioulos, negros nascidos no Brasil. Conclui-se a partir desse quadro que a ampliação do contingente de escravos, também na região de Floresta

⁸² SILVA, Moraes. *Epítome da Gramática Portuguesa, Engenho Novo da Moribeca, aos 15 de julho de 1802. E foi novamente retocado em 1821.* Instituto Arquelógico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. P.302

ocorria via importação de negros, pois na década de 1840 estava funcionando o tráfico de africanos e também pela reprodução natural. A prova disso é que nos inventários encontramos alto índice de crianças e jovens crioulos e mestiços entre os escravos descritos nos inventários. Entre estes há inclusive os identificados com cabra que era fruto do acasalamento de um mulato com uma preta e o mulato que era filho de negro com branco.

Embora não fossem grandes criadores nem grandes produtores agrícolas as famílias invenventariadas eram possuidoras desses cativos, confirmando dessa forma a ordem escravista no sertão de Pernambuco. O registro de poucos instrumentos agrícolas constantes nos inventários trabalhados indica que esses escravos eram empregados nas atividades de subsistência dos familiares dos senhores e nas tarefas domésticas. Manuel Correia, ao tratar do aspecto das relações de trabalho no sertão pernambucano, define a sociedade que se desenvolveu na região como uma *civilização sui generis*, onde o vaqueiro, indivíduo escravo ou livre, se tornou o braço direito do senhor da terra e mantiveram no mesmo universo de trabalho relações de senhor e escravo e empregado e patrão.⁸³

É possível que na região de Floresta vigorasse um sistema de convivência próximo do que Max Weber chamou de comunismo doméstico⁸⁴ onde todos aqueles que coabitam um mesmo domicílio consome a produção obtida conjuntamente. Neste caso, escravos e membros da família de senhores vivenciavam as relações de poder específicas, onde existe grande aproximação entre senhor e escravo desde a infância, pois o filho da escrava vive seu cotidiano com o filho de seus donos.

Um outro exemplo de convivência entre senhor e escravo foi identificada no livro de batismo de Tacaratú, datado de 27 de fevereiro de 1845.⁸⁵ Ali encontramos uma criança do sexo masculino de nome Graciano, de etnia crioula, cuja filiação foi atribuída a Maria, escrava, e o seu senhor o capitão Luis José Correia de Sá. Os padrinhos da criança, Antonio Vicente de Sá e Umbelina Maria de Sá, são da família do pai do batizado, todos sendo moradores em Fazenda Grande.

No livro de batismo de Floresta do Navio, na data de 08 de janeiro de 1874⁸⁶ encontramos um outro dado interessante sobre a relação de senhor e escravo na região. A criança de nome Joaquim, pardo, surge como sendo filho legítimo de Luciano, escravo de

⁸³ CORREIA, Manuel. Op. Cit., pp.167-174

⁸⁴ WEBER. Max. Op.Cit., pp., 243-265

⁸⁵ Livro de Batismo, população de Floresta, Tacaratu 1845. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

⁸⁶ Livro de Batismo, população de Floresta do Navio de 1874. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

José Gomes da Silva Leal, e Severina, escrava de Manoel da Silva Leal. Os padrinhos da criança foram o casal Francisco Gomes da Silva Leal e Anna Joaquina Gomes da Silva Leal.

Embora os dois casos estejam situados em contextos históricos diferentes, demonstram tipos de convivência entre senhor e escravo que exemplificam outras formas de relacionamentos que transcenderam os limites do trabalho escravo. No primeiro caso, na década de 1840 observamos a mistura não apenas étnica, mas de classes sociais. Em ambos os casos constatamos entrelaçamentos dentro do âmbito da família nuclear, pai, mãe e filho, bem como entrelaçamentos dentro do contexto de domínio deste senhor no grupo familiar.

No segundo exemplo do livro de batismo da década de 1870 observamos uma certa permissividade quanto às relações do casal de escravos pais da criança. Estes pertenciam a senhores diferentes e tudo indica que eram casados, pois o filho foi apontado como legítimo. Isto ocorria face à nova ordem escravocrata vigente, onde a lei do ventre livre já estava vigorando, observamos que mesmo assim todos compunham o universo dos domínios da família Silva Leal, pois eram desse grupo familiar os proprietários dos cônjuges escravos. Identificamos uma relação de apadrinhamento em relação ao bebê ventre livre que nascia em seu domínio, o que indica um tipo de poder em outros termos sociais.

Um outro exemplo de relação no universo do trabalho no sertão foi identificado no inventário de Inácio Gomes da Silva, de 1843.⁸⁷ Nele encontramos ferramentas associadas ao trabalho com a terra como machado, foice e enxadas. Este material está descrito entre os objetos de ferro, o que poderia indicar a presença de uma serralharia⁸⁸, contudo a maior parte dos objetos ali relacionados é específica da criação de animais como selim francês⁸⁹, selas de campo, chuchalhos e cangalha.⁹⁰

É possível que Inácio Gomes da Silva fosse vaqueiro, além de criador. Esta hipótese fundamenta-se no fato de que a pecuária no sertão não estava necessariamente associada à posse de terras. O criador poderia ter seus animais situados em propriedades de terceiros e, no caso do vaqueiro, os animais poderiam estar na propriedade do fazendeiro para o qual este

⁸⁷ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

⁸⁸ 1. Arte de trabalhar o ferro, de fabricar ou consertar objetos de ferro. 2. Fábrica ou oficina para trabalhos em ferro batido ou forjado. In. *Novo Dicionário Aurélio*. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1971. p.1292

⁸⁹ Idem, 1. *Pequena sela rasa; selote...* p.1283

⁹⁰ Idem, 1. *Armação de madeira ou de ferro em que se sustenta e equilibra a carga das bestas, metade para um lado delas, metade para o outro*. P.269

trabalhava, o que acarretava em um outro tipo de relação dentro do sistema pecuarista. Quanto ao fazendeiro, no sertão, este teria que necessariamente possuir as terras e os animais.⁹¹

O inventário de Inácio Gomes da Silva é ainda interessante para observarmos outros traços da família de Floresta na década de 1840. Nele encontramos nos objetos de ouro e prata jóias como: 1 Rosário de ouro, 2 pares de argolas e 1 anelão e; em prata 1 par de esporas. Face ao reduzido patrimônio dessas famílias, a posse de objetos em ouro e prata pode significar muito. É provável que se constitua em legado adquiridas por herança. As esporas de prata poderiam significar uma certa vaidade no exercício de sua função como vaqueiro. O valioso rosário podia significar a importância da religião. Anéis e argolas em ouro podiam significar uma certa necessidade em ostentar jóias.

Em geral, nos estudos sobre a sociedade sertaneja, esta é ressaltada como “uma sociedade rústica”, “simples”, ou ate mesmo uma “sociedade primitiva”. É bem verdade que muitos desses trabalhos que se remetem a sociedade sertaneja estão sempre analisando-a sob a perspectiva dos hábitos da sociedade açucareira, como se ambas fossem parte de uma mesma sociedade, com os mesmos valores e necessidades. A imagem de um senhor ou de uma senhora das regiões açucareiras é sempre muito ostentadora, com as suas jóias e seu vestuário. Contudo essa comparação seria leviana, porque entendemos que os valores de uma sociedade são elaborados e administrados de acordo com as necessidades de cada sociedade. No sertão, por exemplo, seria, talvez, pouco prático a indumentária usada pelos indivíduos da “açucarocracia”.⁹²

⁹¹ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Op.cit. p.65

⁹² Termo utilizado pelo historiador Evaldo Cabral de Melo em seu livro O Norte Agrário e o Império, para definir a elite da economia açucareira. .Op. Cit.,pp., 161-191.

2.3 - A Família e a lei

A construção do retrato das famílias cadastradas neste estudo tem por base os dados constantes nos processos de inventários e foram interpretados a partir da lei que regia a sociedade na ocasião, as Ordenações Filipinas. Conforme Darrel E. Levi, durante o Império brasileiro (1822-1889), os apoios legais da família brasileira foram mantidos intocados, com uma exceção: a lei de 31 de outubro de 1832 que fixou a idade de vinte e um anos para o filho adquirir plenos direitos civis.⁹³ Para Linda Lewin, *a grande revisão do antigo código civil português, conhecido como as Ordenações do Reino ou Código Fillipino, ocorreu no período republicano*.⁹⁴ Entretanto, observamos em documentos referentes à região sertaneja onde esta situado o município de Floresta do Navio, no período republicano a mesma estrutura de processos matrimoniais vigente no período imperial.

Segundo as Constituição do Arcebispado da Bahia que vigoraram no Brasil durante todo o século dezanove e que até os dias de hoje influenciam as leis eclesiásticas, dentre os critérios para a realização do matrimônio estava a exigência do nubente ou pretendente ao sacramento de matrimônio, tivesse a idade mínima de 14 anos no caso do homem. Para a mulher contrair casamento, a idade mínima estabelecida era de 12 anos.⁹⁵ A celebração do casamento só acontecia depois que o pároco local ou da freguesia mais próxima realizasse a Denúncias, cuja função era a de verificar a filiação e outras procedências dos nubentes, que se constituísse em impedimento à realização do respectivo sacramento. As denúncias eram realizadas aos domingos de missa, quando o pároco revelava a população presente nas informações correspondentes a cada nubente. O maior impedimento e a preocupação maior da Igreja, na época, era com a condição de bigamia. Com esse objetivo as denúncias se remetem ao local de origem dos nubentes, ao local de morada dos mesmos. Requeria-se sempre que testemunhas atestassem a condição de solteiro ou de viúvo dos noivos. No caso de viuvez deveria ser feita uma declaração informando quando se deu a morte do cônjuge e o local de sepultamento do mesmo.

Veja-se o modelo da Denúncia:

⁹³ LEVI, Darrel E. *A Família Prado*. São Paulo: cultura Livraria e Editora S/A 1977, p.03 (Introdução)

⁹⁴ LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar*. Record, Rio de Janeiro, 1987, pp., 15-16

⁹⁵ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia . Título LXIV – Da idade, e capacidade que se requer nos que houverem de contrahir matrimonio, e das denúncias, que devem preceder a ella*. São Paulo, Tipographia 2 de Dezembro, 1853, pp. 109-110.

Quer casar N. filho de N., e de N. naturaes de tal terra, moradores de tal parte, Freguesia de N. com N. filha de N, e N. naturaes de tal terra, moradores em tal parte, Freguesia de N., se alguém souber que há algum impedimento, pelo qual não possa haver effeito o Matrimonio lhe mandamos em virtude de obediência, e sob pena de excomunhão maior o diga, e descubra durante o tempo das denúncias, ou em quanto os contrahentes se não recebem; e sob a mesma pena não porão (15) impedimento algum ao dito Matrimonio maliciosamente.⁹⁶

De acordo com a legislação, pelo menos no que se referia a patrimônio, os cônjuges ocupavam a mesma posição. Marido e esposa não configuraram como herdeiros mútuos, mas como meeiros dos bens acumulados pela família nuclear. Entre o casal legalmente constituído, isto é, aqueles formados a partir do sacramento do matrimônio cada cônjuge era proprietário de 50% do patrimônio ativo e passivo pertencente ao núcleo familiar.⁹⁷ Também, individualmente, os cônjuges tinham o direito de dispor de 1/3 de seu quinhão para dar o destino que desejassem,⁹⁸ a chamada terça parte do cônjuge⁹⁹. Os outros 2/3 da meação é que de fato se constituía em herança cuja partilha, por morte de um cônjuge, se fazia igualmente entre os herdeiros deste. A lei assegurava esta distribuição independentemente do sexo, idade e estado civil dos herdeiros.¹⁰⁰

Ao cônjuge sobrevivente era atribuída a condição de *cabeça do casal* responsável em efetivar a partilha dos bens¹⁰¹. Contudo, enquanto o viúvo após receber seu quinhão, correspondente a 50% do patrimônio, ficava responsável pela administração dos bens legados aos filhos menores, a viúva que tinha a função de distribuir os bens entre os beneficiados no inventário, não administrava os bens dos filhos menores. O Estado indicava um *tutor* ou *curador*¹⁰² para assumir esta função até que esses órfãos se emancipassem. A preocupação do Estado era com as 2ª núpcias da viúva. O entendimento na época era de que esta medida preservaria o patrimônio dos filhos do 1º casamento de uma “possível” apropriação do 2º marido da mãe. A viúva mãe de órfãos menores de idade só poderia assumir o papel de tutora

⁹⁶ Op.Cit. pp. 110-111.

⁹⁷ Idem, *Título XLV Como o marido e mulher são meeiros em seus bens*.p. 833

⁹⁸ Idem, *Título XLVI*. P.836

⁹⁹ Idem, *Título XLVII- Das arras, e câmara cerrada*. Pp. 835-837

¹⁰⁰ Idem, *Título XCVI – Como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros*. Pp. 954-955

¹⁰¹ Idem, *Título XCV- Como a mulher fica em posse e cabeça de casal por morte de seu marido*. p. 950

¹⁰² *Tutor e Curador* na legislação brasileira deste período tem a mesma função de administrar os bens dos órfãos até a sua emancipação. Os termos em questão são expressões do direito Romano que representavam, na figura do *Tutor* o que cuidaria da pessoa física e, o *Curador* seria o cidadão letrado que cuidaria dos bens. In *Ordenações Filipinas*.Op. cit. p. 994

se assumisse o compromisso de manter a sua viuvez até a sua morte ou no caso de novas núpcias, entregasse a função ao *tutor* indicado pelo Estado.

Enquanto a lei dispunha sobre o modelo da família legalmente reconhecida no Brasil e regulamentava sobre o patrimônio familiar, os processos de inventário de bens *post mortem* permitem a elaboração do retrato das famílias dos brasileiros. Nos inventários trabalhados referentes à década de 40 do século dezenove, por exemplo, encontramos algumas informações com relação ao contexto histórico da região de Floresta e algumas características desses núcleos familiares.

A preocupação com a bigamia se tornava bastante legítima por parte da Igreja, já que o Brasil desde o período colonial era palco de várias migrações. Um exemplo disso é a própria região de Floresta que inicia seu processo de povoamento no final do século XVIII e início do XIX. Nele identificamos além das famílias que migraram para a região, nos primórdios da colonização da área, muitos forasteiros que se estabeleceram posteriormente na região cujos nomes, suas patentes e procedências, eram até então desconhecidas. Vale salientar ainda que muitos dos casamentos dos habitantes locais foram realizados em freguesias outras e não necessariamente no local de morada. É com o casamento e o estabelecimento desses migrantes possuidores ou não de terras, mas desenvolvendo de suas atividades nos setores da agricultura e da pecuária é que se fez a história da sociedade florestana.

Até aqui foram trabalhados os núcleos familiares identificados na década de 1840. Seus bens foram analisados, na tentativa de construir uma imagem de como seriam esses grupos, o que eles faziam, o que usavam e em que trabalhavam. Foram isolados dos núcleos familiares identificados nas décadas que se seguiram até a de 80 por considerarmos a segunda metade do século XIX um período de geração de mudanças decorrentes da nova ordem da Lei de terras, do declínio do sistema escravista. Mudança, também, no que se refere à própria mentalidade agora sob a Ática da concepção de uma identidade nacional brasileira. É a partir daí que o nordeste passa então a ser nordeste, identificado como uma região com problemas climáticos e região de pobreza. Teve início a construção do que é ser nordestino e isto se deu junto ao processo de formação da identidade nacional, fruto de conflitos sociais locais e regionais de tentativas de mudanças estruturais. Somam-se ainda as intempéries do meio sertanejo que influenciaram, por que não, na identificação da sociedade sertaneja com o mesmo.

2.4 - Uma outra moldura para o retrato, um outro retrato para a moldura.

A partir da década de 50, do século XIX, o governo brasileiro apresentou uma série de modificações no que tange a sua política administrativa, o que acarretou muitas interferências e transformações nas práticas do que era legitimado por uma cultura, por tradições enraizadas no processo de formação da sociedade brasileira. A cultura da propriedade da terra é um exemplo claro desta realidade. A necessidade de se ter mais terras fundamentava-se na tradição de que, independente do que se produza na terra, o poder correspondia à extensão do patrimônio fundiário, a idéia do “feudo” atravessara o oceano Atlântico, e a propriedade rural até sofrer mutações no seu formato de aplicabilidade. Contudo o princípio cultural de legar poder a quem tem terra e conferir o título de “senhor” aos latifundiários foram mantidos na Nova Lusitânia.

É certo que, teoricamente, no sistema sesmarial a finalidade da concessão da terra não tem o mesmo sentido do feudo. A sesmaria compreendia uma extensão de terra que antes da doação encontrava-se improdutivo. O objetivo da concessão era promover a valorização econômica e povoamento da área. Para isto o Estado selecionava os colonos capazes de desenvolver a terra concedida. O que aconteceu na prática não condiz com a teoria. Os meios seletivos de distribuição da terra levou à concentração da propriedade fundiária e os sesmeiros se tornarem os grandes senhores, os donos do poder.

Durante a vigência do sistema sesmarial no Brasil havia legalmente dois tipos de concessão: a sesmaria e os sítios estes com dimensões menores. Contudo no desenvolvimento da história fundiária surgiu a posse de terra. Esse tipo de ocupação podia derivar de uma doação concedida pelo sesmeiro, compra e invasões ou ocupação de terras devolutas ou já pertencentes ao senhor. Poderia ser herdada, mas não existia necessariamente uma demarcação concreta do espaço dessa posse, nem tinha título legalizado.

As concessões de sesmarias findaram pouco antes da Independência do Brasil, através da resolução de 17 de julho de 1822. Com isso o regime de apossamento tornou-se meio legítimo de aquisição de propriedade rural até 1850 com a reforma do segundo Reinado correspondente a lei nº 601- A Lei de Terras. Esta determinava que a terra só poderia ser

administrada através de herança e da compra ou venda e, instituiu a demarcação desse território.¹⁰³

Esta medida não colaborou com uma redistribuição de terras no sentido de uma reforma agrária, mas interviu em algumas práticas de caráter anárquico no âmbito da utilização e localização da propriedade. Em Floresta do Navio o relato de sua história vem nos contar sobre a preocupação dos proprietários de terras quanto à demarcação e a legitimação da propriedade de terras instituídas a partir de 1850.

Os primeiros registros de terras feitos em cartório em Floresta datam de 1858. Neles percebemos algumas características das propriedades, pois forneceram indicadores sobre a localização aproximada, forma de aquisição das mesmas. Vejamos o registro da terra de Simão Ferreira de Andrade que apresenta a propriedade como,

sendo uma terra de criar, no lugar Carnaúba, por herança do finado sogro Antônio de Oliveira Lima, confrontando com as terras do major Francisco de Barros do Nascimento, no poente com a Serra do Uman, ao norte, com as terras de Logrador e para o sul, com as terras dos Milagres.¹⁰⁴

Percebemos na descrição deste imóvel que houve a preocupação de delimitar os limites da propriedade. Entretanto não houve menção quanto à metragem do seu espaço físico correspondente à área do móvel. Percebemos também a necessidade de se expor à utilização da terra e a origem da aquisição da mesma.

Um outro registro cartorial de terras em território florestano apresenta dados interessantes referentes à questão da posse de terra na região. Trata-se de um documento assinado por Francisco Serafim de Sousa Ferraz¹⁰⁵ que se apresenta *como procurador de Joaquim Alves de Araújo... e diz respeito a parte de terras em comum na Fazenda São Gonçalo, bem como de outras compradas no mesmo lugar, a Antônio Soares de Melo e Manoel Freire do Nascimento*. Os dados referentes ao registro da terra em questão apresentaram indícios de que uma mesma propriedade, que poderia ser grande extensão, possuía vários proprietários de partes da respectiva área.

No inventário de Rufina Gomes de Sá, de 1852, registrado na comarca de Tacaratú¹⁰⁶ observamos uma outra prática de posse de terras que evidenciam propriedades em

¹⁰³ FAORO, Raymundo. Op.Cit., pp. 464-479.

¹⁰⁴ Registro de terra in FERRAZ, Carlos de Souza. Op. Cit., pp. 101-108.

¹⁰⁵ Registro de terra in FERRAZ, Carlos de Souza. Op. Cit., pp. 101-108.

¹⁰⁶ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

localidades diferentes. A família da inventariada possuía uma parte de terras na Fazenda Sabiocá, uma parte de terras na Fazenda do Ambrósio, uma parte de terras na Fazenda do Riacho e uma morada de casas na Fazenda Pedra Vermelha. Esta prática de se ter várias partes de uma única propriedade observamos em todos os inventários localizados cronologicamente entre 1840 e 1880.

Um outro exemplo nas relações de propriedade em Floresta é datado de 1861, e consta no inventário de Maria de Sousa da Silveira.¹⁰⁷ Nele encontramos, além de 392 braças de terra na Fazenda Paus Pretos e algumas partes nas várias casas. São eles: quatro vãos na casa dos Paus Pretos, um vão de casa numa propriedade ilegível. Também foi declarada a propriedade de uma casa na povoação de Fazenda Grande, enfatizando a existência, nesta mesma casa, de uma cama e um estrado. Também no inventário de Ana Maria da Conceição, de 1888¹⁰⁸ é descrita a posse de partes do domicílio. Como imóvel a família da inventariada apresenta apenas a propriedade de 1/4 de casa na Barra do Pajeú.

No inventário de Francisca Fernandes das Dores, de 1877¹⁰⁹ observamos uma peculiaridade com relação aos outros inventariados. A descrição dos bens de raiz deste documento apresentou uma preocupação em evidenciar a forma de aquisição da terra, como por exemplo: uma posse de terras da Fazenda Paraferro, adquirida por herança, com benfeitorias constando dois currais deteriorados, uma pequena casa de taipa também deteriorada e uma parte de terra no riacho do Melo adquirida por compra. Esta preocupação em definir a forma de aquisição da terra vai ao encontro dos deveres impostos pela lei de terras na tentativa de identificação do proprietário, bem como a legitimidade de sua posse.

A utilização desta terra também sofreu modificações no sentido de se privilegiar determinadas atividades de subsistência. Na historiografia brasileira que trata sobre a questão da economia desenvolvida no sertão, essas plantações de subsistência foram apontadas como atividades desenvolvidas paralelamente à criação do gado e as plantações de algodão. A população sertaneja utilizava as áreas mais úmidas das encostas das serras para desenvolverem pequenos roçados de milho, feijão e mandioca, impondo limites entre o roçado e o boi através de grandes valas denominadas de “travessões”. Segundo Manuel Correia esta produção do roçado também foi responsável pelo processo de urbanização das cidades sertanejas, pois a produção da roça saiu das propriedades e passaram a ser vendidas

¹⁰⁷ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

¹⁰⁸ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

¹⁰⁹ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

em feiras, ajudando na criação do espaço da cidade entre fins do século XVIII e no decorrer do século XIX.¹¹⁰

Observamos em alguns inventários da década de 1840 que a economia de subsistência era mais voltada para a criação de animais. No caso de alguns inventários das décadas que se seguiram na segunda metade do século XIX, além de uma maior quantidade de posse de terras em relação à década de 1840, o destino das atividades de subsistência em Floresta voltava-se, também, para lavoura. Um forte indicativo do exercício da atividade da lavoura era as propriedades localizadas nas serras da região como por exemplo a Serra do Arapuá, onde estava situada uma posse de terras da família do inventariado Francisco Gomes de Menezes, de 1866.¹¹¹ Entretanto, outro inventário de 1850 evidencia de fato a presença dos roçados dentro do sistema de propriedade que identificamos nos outros inventários citados, pois a família de Manoel Francisco de Souza possui entre seus bens de raiz uma parte de terras num roçado.

Ainda com relação às atividades desenvolvidas nas propriedades identificadas verificadas nos inventários da região florestana, constatamos que em 1856 José Maximiano¹¹² era possuidor de uma casa de moenda e uma de farinha. No inventário de Maria de Sousa da Silveira consta uma roda de mandioca, peça utilizada na produção da farinha de mandioca.

O funcionamento simultâneo de atividades de subsistência a criação de gado, cultura do algodão e a do roçado possibilitaram o processo de urbanização e o surgimento da cidade de Floresta. Este processo foi evidenciado em alguns inventários a partir da década de 1860, quando a propriedade de bens de raiz passa a ter outras características. As famílias inventariadas, além de possuírem suas casas localizadas no espaço rural, também investem na aquisição de moradas urbanas, dentro do universo sertanejo. São declaradas nos inventários dos bens casas situadas no ambiente da cidade, inclusive com indicação das ruas, como é o caso do inventário de Maria Carolina de Sá, datado de 1876.¹¹³ Esta família possui uma casa na vila de Floresta de um vão e 1/2, na rua do Tabuleiro. As casas na cidade descritas apresentam construção diferente da casa de taipa, típica da zona rural. Apresentam aprimoramento no acabamento e no material utilizado, como é o caso do inventário de José

¹¹⁰ CORREIA, Manuel. Op. Cit., pp., 174-180

¹¹¹ Inventários *post mortem* – século XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

¹¹² Inventários *post mortem* – século XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

¹¹³ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

Maximiano de Sá, de 1866¹¹⁴ que descreve entre seus bens uma casa de dois vãos cuja frente era de tijolos, localizada na vila de Floresta.

As modificações quanto à propriedade e o surgimento de dois universos no âmbito regional de Floresta estão associadas ao momento político-administrativo do segundo reinado e à questão econômica do mesmo período. Por um lado verificamos a diversificação da produção, evidenciada nas décadas que se seguiram a de 1860 na região de Floresta, também percebemos um aumento no contingente de escravos nas propriedades inventariadas.

A proibição do tráfico de escravos africanos a partir da década de 1850 não diminuiu o contingente de escravos em Floresta. É possível que tenha ocorrido o contrário. No inventário de Manoel Lopes Dinis, de 1859,¹¹⁵ encontramos um número expressivo de escravos quando comparado ao número de escravos descritos em alguns inventários da década de 1840 que exemplificamos. Neste inventário foram descritos um total de 12 escravos, sendo 07 desses escravos do sexo feminino e 05 do sexo masculino. Entre os escravos foram citadas três crianças que se encontravam com idade entre 10 meses e 10 anos. Os outros escravos foram descritos entre as idades de 16 aos 75 anos. Dentre as etnias descritas neste processo encontramos: 06 escravos da etnia cabra, evidenciando uma presença indígena no processo de miscigenação entre a população cativa, 04 escravos da etnia crioula, o que atesta o nascimento destes em território brasileiro, 01 escravo do sexo masculino, com 60 anos de idade foi descrito como sendo negro angola, resquício do sistema de tráfico africano e 01 escravo cuja etnia ou procedência não foram descritas.

Em fins da década de 1870, com a vigência das leis que compunham o processo gradativo de abolição da escravatura no Brasil, representadas pela lei do Ventre Livre e a lei dos Sexagenários, percebemos um acréscimo de informações quanto à procedência do escravo e a legitimidade de sua posse. Nas informações referentes aos cativos presentes nos inventários de Floresta, constam os dados de sua etnia, idade, estado civil e o número de matrícula e a forma de aquisição desse escravo. Um exemplo da presença de tais informações foi encontrado no inventário de Margarida de Souza e Silva, de 1878¹¹⁶. A peculiaridade deste inventário relativa à presença de cativos talvez se deva às leis quanto quer do Ventre Livre quer dos Sexagenários. No total de 13 escravos descritos 02 estão acima dos 60 anos, João, Preto, casado com Inês, nº de matrícula 227, com 65 anos de idade e, Maria, preta, solteira, nº

¹¹⁴ Doc. Cit.

¹¹⁵ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

¹¹⁶ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

de matrícula 235, com 67 anos de idade. Um outro caso que, a primeira vista, não atende as exigências da lei do ventre livre é o caso do escravo Luis, de etnia parda, com 07 anos de idade, nº de matrícula 234, filho da escrava Gertrudes, parda, com o número de matrícula 231 que aparece como sendo casada com pessoa livre. Mas a questão da lei do ventre livre e a efetivação da liberdade da criança filha de mãe cativa também foi moldada de forma que viesse atender ao senhor proprietário e ao sistema escravista brasileiro. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda:

A técnica funcionava admiravelmente. O tráfico escravo durou vinte e cinco anos após o tratado de 1826. A libertação dos filhos de escravos, declarada em 1871, foi uma concessão vazia, pois eles permaneciam virtualmente escravos até os 21 anos de idade.¹¹⁷

Percebemos nas descrições das informações referentes à população cativa, presentes nos processos de inventário registrados em Floresta na década de 1870 que, além de existirem dados com relativos à procedência do escravo e a legitimidade de sua posse, outros tipos de relações entre os escravos são evidenciadas. Uma delas diz respeito à formação de família cativa na região florestana. Esta era agora legitimada pelo sacramento do matrimônio e concretizada através de sua prole. Entretanto, na década de 1880 observamos que essas famílias já não são descritas. Talvez por que nessa década, em consequência das leis, os filhos dos casais cativos já nasciam livres e os escravos mais velhos, acima de 60 anos, já estavam em liberdade. No inventário de João Leite de Sá, de 1882¹¹⁸ encontramos um número reduzido de escravos em relação aos inventários da década de 1870. Ao todo foram relacionados 06 escravos, cuja etnia, idade e estado civil não foram descritos, só constando o nome do escravo, sexo e o nº de matrícula, bem como o lugar da execução da matrícula, como o escravo Jacinto matriculado com o número 749, na Vila de Quebragelo, província de Alagoas. Nesse inventário todos os demais escravos também foram descritos com o nº de matrícula registrados na mesma vila.

A leitura das informações coletadas nos 46 processos de inventários referente ao patrimônio da população que habitou a região de Floresta do Navio teve como objetivo construir uma imagem de como seria o cotidiano dessas pessoas. Pretendemos observar a relação das mesmas para com a terra, a criação do gado e, quais os elementos foram utilizados

¹¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império*. Bertrand Brasil, Vol. 4, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1995, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda p. 145.

¹¹⁸ Inventários *post mortem* – séc. XIX- Floresta. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

em suas vidas, em suas casas. Invadimos o espaço de convívio desses sujeitos históricos, momentaneamente calados pelo fato de não existirem mais, no arfã de buscar os resquícios dos elementos de seu cotidiano semeados ao longo do tempo. O que esses indivíduos comiam, o que eles colocavam dentro de sua casa. Foram homens que dormiam em rede ou numa cama encourada. Nas suas casas havia uma esposa ou uma escrava índia, negra ou mestiça que teciam as vestimentas de tecido ordinário como o algodãozinho. Onde nasciam seus filhos que herdariam seus bens. Procuramos entender como se deu a relação do homem, dentro dos seus domínios, com os seus empregados escravos e livres, bem como sua relação com o meio ambiente. Como se processou a criação de espaços delimitação que mais tarde constituíram dois universos. O campo e a cidade surgem a partir de elementos forjados dentro do cenário sertanejo florestano.

Capítulo III

Os donos do poder e os negócios em família

O Nordeste não é recortado só como unidade econômica, política ou geográfica, mas primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica. O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder.¹¹⁹

A formação de um grupo hegemônico no campo político em Floresta do Navio não foge do modelo ocorrido em outras áreas do Brasil ao longo de toda a história da política administrativa brasileira. Ao fazermos esta afirmativa, nos baseamos nos estudos realizados por Raymundo Faoro, onde é feita a associação entre a distribuição de terras, dentro do sistema sesmarial, e a formação de uma elite política brasileira a partir da grande propriedade.

120

Conforme foi observado nos capítulos anteriores foi a partir da distribuição de sesmaria que ficou selecionado o grupo de pessoas que compuseram o quadro da administração pública na região de Floresta do Navio. Esses sesmeiros deram origem ao grupo familiar cujos descendentes, ao longo do tempo foram consolidando o poder político de suas famílias.

No sistema sesmarial, observamos duas situações no processo de sua aplicabilidade. Em Portugal o sesmeiro era um funcionário do rei, responsável pela distribuição das datas que passavam a ser chamadas de sesmarias. As pessoas beneficiadas tinham por tarefa principal torna-las produtivas. Na aplicação do sistema sesmarial no Brasil o sesmeiro passou a ser o beneficiado com a concessão, mas foi mantida a imposição de explorar economicamente a área recebida. Alguns sesmeiros foram beneficiados com várias sesmarias formando imensos latifúndios. Nas áreas recebidas instalavam suas unidades de produção agrária ou pecuarista. Muitos arrendavam lotes com o objetivo de ter mais uma renda e facilitar a administração do patrimônio fundiário. Veja-se o caso dos d,Ávila:

¹¹⁹ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª edição, Cortez, São Paulo, 1996, p. 23

¹²⁰ FAORO, Raymundo. Op. Cit., pp. 480-494.

Possuidora de grandes fazendas de agropecuária, ocupando uma área territorial maior do que alguns países europeus, a família d'Ávila viu-se um dia diante de um impasse: como conservar o extenso patrimônio de variada atividade(...). Por isso, em princípio do século XVIII, os senhores da Casa da Torre puseram-se a alugar sítios- cada um deles medindo uma légua em quadro- ao preço de dez mil réis anuais, o que era, à época, um bom rendimento. Invariavelmente, os contemplados com estas datas de terras eram os grandes do gado-pé-duro, que se comprometiam a ocupa-la, povoa-la e cultiva-la.¹²¹

A partir do sistema sesmarial, face ao método seletivo de distribuição de terras e do alto índice de concentração de propriedade fundiária, surgiram no Brasil, especialmente no Nordeste, verdadeiros potentados rurais. A propriedade fundiária era a base do poder local. Isto aconteceu também em Floresta do Navio. Ali as pessoas que iniciaram o processo de formação da sociedade se fizeram elite a partir da propriedade de terras.¹²² Assim as famílias, Silva Leal, Gomes de Sá, Carvalho, Lopes Dinis, Novaes e Ferraz, compuseram o cenário político da região desempenhando papel fundamental nas relações de poder como, por exemplo, no processo de conquista da autonomia administrativa de Floresta.

Os registros dos primeiros colonos que formaram as famílias mais tradicionais em Floresta datam do século XVIII¹²³. O processo de ocupação segue o padrão de aquisição e posse da terra através da compra ou de doação de posses de terras pertencentes à sesmaria da Casa da Torre na região do São Francisco,¹²⁴ a estas somavam-se as patentes recebidas. Um exemplo disto é o histórico da família Gomes de Sá, um dos primeiros representantes a possuir uma propriedade em Floresta foi o capitão-mor Francisco Gomes de Sá que adquiriu sítio de nome Cravatá, em 1706,¹²⁵ através da compra feita aos senhores da Casa da Torre na região da Serra do Papagaio, localizada em Floresta do Navio. Na origem dos Gomes de Sá, em Floresta, encontramos também o sargento-mor e procurador da Casa da Torre, Antônio Gomes de Sá. Como podemos observar nos dois casos confirma-se a seleção dos senhores locais via aquisição da propriedade fundiária e de patentes militares.¹²⁶

Uma hipótese levantada a respeito da origem de Fazenda Grande, propriedade que veio a originar o município de Floresta do Navio, se refere a um possível arrendamento da

¹²¹ MOURA, Valdir José Nogueira. *São José do Belmonte*. Centro de Estudo História Municipal, Biblioteca Pernambucana de História Municipal. 28 – Recife: FIDEM, 1999, pp. 33-34

¹²² GOMINHO, Leonardo Ferraz. Op. Cit., p., 13

¹²³ FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. Op. Cit., pp., 57-61

¹²⁴ BANDEIRA, Luiz Muniz. Op. Cit., p.,

¹²⁵ GOMINHO, Leonardo Ferraz. Op. Cit. pp. 84-122.

¹²⁶ Idem, p., 85.

terra que fazia parte da sesmaria dos d'Ávila. Essa prática de arrendamento também, identificamos no processo de aquisição da terra da família Lopes Dinis, quando, em 1756, o português Manuel Lopes Dinis arrendou as terras da fazenda Panela d'Água que, mais tarde, veio a fazer parte do município de Floresta.¹²⁷ No caso da família Ferraz, a historiografia do município de Floresta afirma que o primeiro Ferraz a possuir uma posse de terras em Floresta foi o capitão Jerônimo de Souza Ferraz, vindo de Sergipe. Ele foi contemporâneo dos fundadores de Fazenda Grande em meados do século XVIII e foi proprietário das fazendas Caiçara e Riacho do Navio, localizadas na Barra do Pajeú.¹²⁸

Identificamos no histórico das principais famílias proprietárias florestanas o mesmo padrão de ocupação da terra. Entre os colonos que chegaram no mesmo período, século XVIII, as características na forma de ocupação e posse da terra apresentam semelhanças. Os descendentes dessas pessoas que se fixaram na região, no primeiro momento, foram os grupos que consolidaram o poder político local. O título de proprietário rural significou a legalização do poder que foi reconhecido socialmente ao longo do tempo. O poder dos senhores da terra foi consolidado através da ocupação de cargos e funções no aparelho burocrático do Estado por pessoas pertencentes aos primeiros núcleos de família constituídos na região.

Outro aspecto que observamos na região florestana foi o entrelaçamento das famílias através do casamento entre os membros das famílias proprietárias constituídas pelos primeiros povoadores. Com esta prática deu-se a formação dos grupos hegemônicos locais. No desenvolvimento da sociedade local essas famílias consolidaram sua hegemonia. Sob este caráter exógeno dos casamentos pode-se identificar a idéia de ordem legítima segundo a concepção de Max Weber, onde os fins recaem sobre a expectativa do reconhecimento de uma ordem política legítima e a vigência da mesma.¹²⁹ Os vínculos matrimoniais estabelecidos somente entre parentes de uma mesma família, o que corresponde a um comportamento endogâmico, implicaria em uma limitação das esferas de poder, enquanto que a relação de parentesco entre grupos de família possibilitava maior concentração de propriedade e de influências políticas.

Este entrelaçamento nos leva a crer na formação de uma organização familiar permeada pelo corporativismo. As famílias proprietárias na região entrelaçadas pelos casamentos formavam uma associação de dominação política. Utilizaram a ocupação dos

¹²⁷ GOMINHO, Leonardo Ferraz. Op. Cit, p., 56-83.

¹²⁸ WILSON, Luiz. Op. Cit, pp. 109-202.

¹²⁹ WEBER, Max. Conceito de Ação Social e de Ordem Legítima. In *Economia e Sociedade*. Op. Cit, pp15-19.

cargos públicos, assumindo um caráter monopolista através da organização de consortes como medida de controle e beneficiamento de seus interesses. A isto chamamos de negócios em família.¹³⁰

O “poder associado” entre os grupos hegemônicos da região florestana estava bastante arraigado ao âmbito doméstico. Isto porque a esfera de origem deste poder era as relações familiares. Era no ambiente doméstico onde o patriarca chefe de família, da casa, senhor das propriedades e dos que coabitam nas mesmas, decide os casamentos necessários para a ampliação do poder da família doméstico ou local em função da conjuntura.¹³¹

A ocupação dos cargos públicos por representantes das principais famílias proprietárias da região florestana, bem como a união matrimonial entre membros das mesmas, encontramos por exemplo na família Ferraz. O primeiro desta família a chegar na região, Jerônimo de Souza Ferraz, casou-se com a filha dos fundadores de Fazenda Grande, dona Margarida de Souza da Silveira. O filho do casal, Dâmaso de Souza Ferraz, assumiu o posto de Capitão dos Forasteiros da Ribeira do Pajeú e casou-se com Dona Joana Batista de Souza da Silveira, descendente de José Pereira Maciel e Joanna de Souza da Silveira, fundadores da capela do Senhor do Bom Jesus, na propriedade de Fazenda Grande.

Outro exemplo de laços matrimoniais entre famílias foi o caso do casamento entre uma descendente dos Silva Leal, Maria da Silveira Barros com Manoel Lopes Dinis que, por sua vez, segundo os estudiosos da história dessas famílias, tinha uma estreita ligação de amizade com a família Ferraz. Vários são os casos de relacionamentos matrimoniais entre as tradicionais famílias florestanas. São comuns, por exemplo, no histórico das famílias Gomes de Sá e Lopes Dinis. Um deles foi casamento entre Francisco Gomes de Sá, capitão-comandante da freguesia de Tacaratú em 1776, com uma das filhas de Manoel Lopes Dinis, dona Rosa Maria do Nascimento. Francisco Gomes de Sá era concunhado de Francisco Barbosa Nogueira que, por sua vez foi Diretor dos índios Umas e Oés, do Brejo da Gameleira, inserido no contexto do Diretório Pombalino.

A busca em tempo anterior ao período em foco no presente estudo, observando o histórico das famílias mais tradicionais em Floresta do Navio, tem o propósito de

¹³⁰ Definição de Ordem administrativa e Ordem reguladora, o que para Weber a associação de poder assume um perfil corporativista. Op. Cit, pp. 33-34 e p 233.

¹³¹ SAMARA, Eni de Mesquita. Apresentação da Revista *População e Família*, nº 01. Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – CEDHAL, Humanitas – Publicações FFLCH/USP, São Paulo, 1998, p. 13

identificarmos a origem dos principais representantes dos grupos hegemônicos na política administrativa da região na segunda metade do século XIX. Também buscamos entender a relação entre essas origens e a formação de um posicionamento político que definia o caráter familiar do grupo hegemônico.

No final da década de 40 do século XIX, com a elevação de Floresta do Navio à condição de Vila e a criação da primeira Câmara Municipal local, identificamos a origem que foram os descendentes das famílias hegemônicas que ocuparam os cargos de vereadores, juízes e presidentes da Câmara. Estes deram continuidade à prática adotada por antepassados: em forma de apoio político aos pleitos convenientes ou disputas quando havia conflito de interesses entre famílias.

No documento de responsabilidade da Câmara Municipal de Floresta referente a ata da eleição dos membros da sociedade florestana de 1846, para as eleições de senadores, encontramos vários nomes das principais famílias. Além dos nomes, um outro dado nos chamou a atenção que foi o fato do número de votos superarem o número de cédulas disponíveis para a população votante. Isto pode indicar que havia disputa na eleição para ocupação dos cargos.

Cópia. Acta d'appuração de votos para Elleitores = Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de mil oitocentos e quarenta e sete, nesta Villa da Floresta, Comarca de Pajeu de Flores, na Igreja Matriz aonde se achava o Presidente da Assembléia Parochial, e mais os mesários, e sendo ahitando sido appurados, e em massadas (sic) as cédulas dos votantes para Elleitores somarão o número de trezentos e oitenta e seis, e somando-se o número dos votos contidos nas mesmas acharão o número de quatro mil seiscentos e vinte e nove, por haver aparecidos três cédulas com o número de onze votados em cada huma, tendo sido appurados conforme a desposição do artigo cinquenta e quatro da lei Regulamentar das Eleições¹³².

No mesmo documento encontramos a lista dos nomes dos cidadãos que receberam voto. Ao todo, candidataram-se 46 cidadãos florestanos e os mais votados, incluindo o cargo exercido e o número de votos obtidos exemplificamos os 5 primeiros colocados que receberam entre 256 e 377 votos. Os demais, totalizando 41 cidadão, receberam desde 1 à 148 votos:

O tendo votos para Elleitores os cidadãos seguintes =
Juiz de Paz Francisco Alves de Carvalho – 377 votos

¹³² Cópia da Ata de apuração de votos. Câmara Municipal de Flores, 1847. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, série correspondência das Câmaras Municipais. Cx. 26, p. 95, fl.202.

Tenente Coronel José Francisco Novaes – 271 votos
Tenente Coronel Serafim de Souza Ferraz – 266 votos
Major José Rodrigues de Moraes – 261 votos
Major Manoel Gomes de Sá – 256 votos”¹³³

Visualizamos a associação entre grupo familiar e o agrupamento político no momento da criação da Vila de Floresta do Navio. A proposta do Projeto de Lei teve como autor o então deputado provincial Francisco Barbosa Nogueira Paz, sendo encaminhada à assembléia provincial em 1846.¹³⁴ Nogueira Paz era neto de Manuel Lopes Dinis e filho de Francisco Barbosa Nogueira, o Diretor dos índios do Brejo da Gameleira.

A estreita relação entre os Lopes Dinis e os Ferraz pode ser visualizada na trajetória política de Francisco Barbosa Nogueira Paz. Este teve como correligionário Serafim de Sousa Ferraz, presidente interino da câmara municipal de Floresta do Navio entre os anos de 1846-1856. Serafim era bisneto de Jerônimo de Souza Ferraz.

Além das informações conhecidas na historiografia do município de Floresta, a respeito de Serafim de Sousa Ferraz, encontramos outras existentes na documentação referente ao arquivo das correspondências das câmaras municipais. Por exemplo, Serafim de Sousa Ferraz assinou como presidente da Câmara Municipal de Tacaratú, nos anos de 1854 e 1855, quando o Presidente da Província de Pernambuco era o senhor Antônio Pinto Chichorro da Gama. Entre os anos de funcionamento legal da Câmara Municipal de Floresta, 1846 e 1849, quem assinou em 14 de outubro de 1846 foi Manoel Gomes de Sá; já de 1846 em diante, o Presidente da Câmara foi José Rodrigues de Moraes e o Secretário era Francisco José da Rosa.¹³⁵

Uma correspondência entre o presidente da Província Antonio Pinto Chichorro da Gama e José Rodrigues de Moraes de 1847 exemplifica o exercício da autoridade do Presidente da Câmara de Floresta:

Em cumprimento do Officio de Vossa Excellencia, em que acompanhava o Imperial Aviso de 9 de Agosto passado, envio incluso as copias das Actas das Eleições d’Eleitores para as vagas de Senadores, das Freguesias deste Município, que se procedeo na época marcada por Vossa Excellencia.

Deos Guarde a Vossa Excellencia

Ms. As. Villa de Floresta 13 de Outubro de 1847.

¹³³ Doc. Cit.

¹³⁴ GOMINHO, Leonardo Ferraz. Op. Cit, p., 50

¹³⁵ Doc. Op. Cit., cx. 34

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro

Antonio Pinto Chichorro da Gama.

Presidente da Província.

José Rodrigues de Moraes

Preze. da Câmara

Francisco José da Rosa- secretário”¹³⁶

Serafim de Sousa Ferraz e José Rodrigues de Moraes foram os cabeças da Rebelião da Serra Negra. Juntaram-se a Francisco Barbosa Nogueira Paz, responsável pelo projeto de criação da Vila de Floresta, como Presidente da Câmara Municipal de Flores, segundo documento referente à sessão ordinária de 26 de Janeiro de 1848.¹³⁷ Através desta documentação observamos a ocupação de cargos públicos e funções administrativas extremamente estratégicas, onde os representantes do partido Liberal, conforme a historiografia do município de Floresta, lideravam no território dos três municípios: Tacaratú, Floresta do Navio e Pajeú de Flores.

Os dois representantes das famílias Lopes Dinis e Ferraz, posteriormente, adotaram um posicionamento Liberal na política florestana e foram acusados do atentado contra os representantes do governo conservador em 1849, o que acarretou na Rebelião da Serra Negra, como já foi descrito anteriormente.

Observamos estreita relação entre as famílias Gomes de Sá e os Novais. Vários casamentos ocorreram entre as duas famílias, como foi o caso de Maria Gomes de Sá e o sargento-mor Antônio Francisco de Novaes, filho de José Francisco de Novais, tenente-coronel e um dos eleitos para participar das eleições dos senadores em 1847. O filho do casal Francisco Antônio Gomes de Novaes foi vereador na câmara municipal em Floresta entre os anos de 1846-1865.

O posicionamento político do vereador Francisco Antônio de Novaes estava atrelado ao partido conservador. Conseqüentemente era divergente do posicionamento liberal dos Lopes Dinis e dos Ferraz. Este fato permite a hipótese sobre os conflitos entre famílias em Floresta que permanecem até os dias de hoje. Sua origem está atrelada ao posicionamento político dessas famílias ainda no Segundo Reinado.

¹³⁶ Série – Câmaras Municipais. Cx. 26, p. 94, fl. 201 – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

¹³⁷ Doc. Cit cx. 24

Se formos mais ousados na análise desta situação, verificamos que o contexto histórico nos fornece elementos indicadores de que o governo imperial mantinha nos cargos administrativos representantes do partido conservador. Como os liberais foram perdendo espaço nas esferas de poder estes vão se embater com os conservadores. Isto nos leva a crer que a esfera das relações familiares foi palco das divergências políticas locais. O agrupamento de famílias fortalecido no ideário político se configura como um forte indicativo de que os negócios em família poderiam assumir, também, papel de partido político. Na região florestana desta época ocorria os primórdios das oligarquias que se formaram por todo o Brasil.

Os negócios de família foram interpretados pela historiografia como um fenômeno denominado de *familismo brasileiro*.¹³⁸ Nele o poder político nasce a partir da estrutura do modelo patriarcal de controle da família. O modelo patriarcal teve sua origem na lei e costumes familiares luso-brasileiras adotadas ao longo de toda a história colonial brasileira. No Império brasileiro (1822-1889) essa tradição é observada através do direito do pai de decidir e administrar as pessoas da família, bem como seus bens.

Face a permanência da cultura do modelo patriarcal ao longo de toda a história brasileira, seja ela em âmbito regional ou nacional, outras estruturas de familismo foram desencadeadas. A esfera do controle da propriedade, da esposa, do filho e do escravo ganhou proporções ainda maiores. Do controle da casa emergiu o poder de privatização dos órgãos públicos como por exemplo as Câmaras Municipais, a exemplo de Floresta do Navio, o controle da família, seja dos membros livres ou escravos, desencadeou o modelo de permanente dependência de escravos e das classes baixas constituídas por negros alforriados, brancos e mestiços pobres.

Essa instituição familiar superdimensionou o poder das famílias proprietárias mais tradicionais em detrimento da Igreja e do Estado, o caso do assassinato do padre representante do partido conservador governista em Floresta, nas eleições de 1849, pode exemplificar até que ponto o poder das famílias na região desafiava a autoridade dos representantes do Estado e/ou da Igreja. A própria Rebelião da Serra Negra, desencadeada pelo mesmo atentado é um exemplo claro do frágil reconhecimento da legitimidade da autoridade do governo Imperial. A ocupação dos cargos administrativos pelos representantes das principais famílias florestanas representava a efetivação dessas como unidades de governo.

¹³⁸ DARREL, E. Levi. Op. Cit, p.28

Na historiografia brasileira há estudos sobre a participação da família na formação de uma elite política, tanto em âmbito regional como no cenário nacional. Um deles enfoca o período colonial, e trata da elite política no Piauí, cujo processo de formação deu-se através da rede de sucessivos casamentos entre pessoas que povoaram a região, agentes do processo de consolidação da colonização no Sertão piauiense.

A partir de então, a progressiva autonomia dos colonos começou a incomodar o governo metropolitano, a ponto de suscitar sua intervenção. No Piauí, a reação da Coroa à crescente autonomia do poder doméstico ocorreu no século XVIII, sendo desenvolvida levando em consideração as características sociais locais e a importância política e econômica da região no contexto colonial.¹³⁹

Sobre o período imperial brasileiro, há o estudo de Linda Lewin, que aborda a formação de uma elite política na perspectiva de famílias latifundiárias na Paraíba. A pesquisadora transcendeu em seus estudos as relações familiares de casamento para as relações de amizade entre famílias como união com a finalidade de obtenção de benefícios políticos. Isto Linda Lewin denomina de *vínculos associativos baseados na família*¹⁴⁰.

No cenário do Sudeste, encontramos o estudo de Darrel E. Levi que trabalhou com o poder da família Prado, em São Paulo. Nele é realçada a relação entre a cultura do café e a família nas instâncias da administração no Brasil Império. São identificados nesta obra elementos que corroboraram no entendimento de que o familismo em Floresta não foi uma prática isolada. Entretanto o familismo dos Prado assumiu características distintas do familismo desenvolvido na região florestana. O processo de casamentos exogâmicos, entre pessoas de núcleos de famílias paulistas poderosas, vivenciados por alguns núcleos da família Prado possibilitaram a uma linhagem dos Prado poder político no cenário urbano. Enquanto que os núcleos dos Prado que permaneceram no campo, desenvolvendo a prática dos casamentos endogâmicos ou a de relacionamentos miscigenados entre senhores e escravas na esfera agrária, geraram outros segmentos dos Prado que não chegaram a fazer parte das relações de poder nas zonas urbanas, estabelecidas por alguns núcleos dos Prado, na segunda metade do século XIX.

Esta realidade observada a partir dos relacionamentos dos núcleos familiares, do universo agrário e do universo urbano não foram observados em Floresta do Navio. Isto

¹³⁹ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Op. Cit, p.75.

¹⁴⁰ LEWIN, Linda. Op. Cit, pp.10-11

porque no Sertão do Nordeste formou-se uma sociedade as onde as relações familiares ocorreram basicamente no cenário das elites agrárias. As semelhanças com os casos de relações familiares apresentados, em outras áreas, estão no fato de serem as relações entre famílias o meio de germinação das oligarquias. Através da exogamia nos casamentos deu-se a formação do tecido social da elite política.

Na verdade, o estudo dessa formação política familiar regional refere-se a análise do reflexo de uma cultura bastante arraigada na formação social brasileira. De como uma estrutura política, primeiramente implantada pelo Estado Português e posteriormente confirmada pelo Estado Brasileiro, veio a contribuir para o fortalecimento do poder político das famílias proprietárias de terra. Isto veio a se tornar um grande dilema político-administrativo durante todo o período Imperial.

A historiografia brasileira a respeito do período imperial nos fornece o panorama de como se deu o embate entre os grupos dos partidos Liberal e Conservador. Foram constantes as tentativas, tanto de D. Pedro I como de D. Pedro II, de cercear o poder das poderosas famílias de proprietários rurais, na busca da consolidação da autonomia política do soberano. No primeiro reinado, por exemplo, em 1828, teve início a tentativa de restringir a competência das câmaras municipais em assuntos que diziam respeito ao “doméstico”. Uma delas referia-se à proibição de deliberações dos vereadores sobre temas que diziam respeito a questões de cunho político no âmbito provincial ou nacional.¹⁴¹

A verdade é que regiam sobre e amplos e variados campos da vida social. Constatamos nas correspondências da Câmara Municipal em Tacaratú, por exemplo, discussões a respeito do cotidiano da região, como as epidemias, o tratamento das mesmas e até a lista de medicamentos a ser adquiridas. Vejamos o seguinte documento da câmara de Tacaratú:

Comunica falecimento do Juiz Mal. E Delegado do termo e mais 2 pessoas por mal que pode “ser o Cholera Morbus”. Diz estar na vila um facultativo (Antonio Raimundo da S^a) que segue p/ a comarca de Mata Grande, que se presta a tratar os possíveis doentes da epidemia que tem assolado os habitantes da margem do Rio São Francisco donde sua fós athe a Povoação de Piranhas distante deste lugar 20 Léguas

¹⁴¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. *Vida Privada e Ordem Privada no Império*. In. *História da Vida Privada no Brasil- Império: a corte e a modernidade nacional*. Coleção dirigida por Fernando A. Novais. Volume organizado por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo, Companhia Das Letras, 1997, p., 17.

Tacaratu, 30/11/1855
Serafim de Souza Ferraz- Presidente da Câmara¹⁴²

Há também nesta documentação, correspondências que tratam de questões relativas à administração de orçamentos do município. O documento em especial, além de tratar da administração de uma determinada verba destinada ao município de Flores, também evidencia a condição de criminoso rebelde de Francisco Barbosa Nogueira Paz. Vejamos na íntegra.

Illmo. E Exmo. Senr.
Informe o Senr. Inspector da Thesouraria da Fazenda Provincial
Palácio do Governo de Pernambuco
27 de Agosto de 1850

Tendo a Lei Provincial nº 164 de 16 de 9brº, autorizando o Presidente da Província, para despende até aquantia de três contos de reis, com a factura de um açude nologar denominado Riacho do Ramalho neste Município junto desta Villa, e tendo o Exmo. Presidente d'então encarregado do sobredito trabalho a Francisco Barbosa Nogueira Paz, aqm. Mandou dar toda a quantia, designada na Lei, esta não só, não concluiu o sobredito açude, tendo-o apenas principiado, como achando-se criminoso pelos movimentos revoltosos desta comarca, não está em circunstâncias de poder concluir, acrescentando ter o inverno deste anno arruinado, e quase inutilizado o serviço, que elle havia feito, e no qual não podia ter despendido mais hum conto de reis

Deos Guarde
A V, Exca. Muito amor. Paço da Comarca Municipal de Flores em
sessão Ordinária de 7 de Agosto de 1850
Ilmo. –Exmo. Senrº José Idelfonso de Souza Ramos. Presidente da
Provª.
Manoel Fenª. Rabelho Arª. Presidente¹⁴³

Observemos à administração da política pública no Brasil Império. No início dos anos 40 do século dezenove, as medidas políticas do governo Imperial convergiram para à criação do funcionalismo público civil, vislumbrando o enfraquecimento da autonomia municipal e

¹⁴² Doc. Cit., Cx. 35 fl. 373

¹⁴³ Doc. Cit., Cx. 31, p. 105, fl.233

assegurando a hegemonia do governo central, o que os Liberais chamaram de *corte madrasta*.¹⁴⁴

O imperador D. Pedro II passou a nomear funcionários regionais, recrutando no cenário nacional pessoas que rendessem fidelidade aos interesses do soberano. A medida teve o intuito de ocupar cargos de poder local através do recrutamento de burocratas, administradores de carreira e magistrados transferidos de outras regiões. O critério era que os indicados, para ocupar os cargos de governador provincial e de juiz de direito distrital¹⁴⁵, não tivessem laços familiares na sua área de atuação. Com isso o Imperador esperava diminuir o poder local nos municípios. A função de garantir a autoridade dos funcionários públicos e fazer valer a soberania do Imperador foi atribuída a Guarda Nacional, criada em 1831.¹⁴⁶

A proposta de composição do aparelho político-administrativo de cerceamento do poder local nos municípios seria bastante eficaz se não houvesse um grande paradoxo que foi o fato da Guarda Nacional, justamente o instrumento que tinha a função de fazer valer as decisões do soberano e de seus funcionários, se tratar de membros da polícia local, indicados pelos próprios proprietários de terras para comporem o quadro da Guarda a serviço do Imperador. Acreditamos que, na prática, funcionou foi um tipo de barganha entre o familismo municipal e o governo imperial, traduzido na expressão: deixe-me governar que eu reconhecerei o seu poder.

A política pela hegemonia do poder central desencadeada pelo governo imperial, sobretudo pela tentativa de minar o poder de decisão das Câmaras Municipais, gerou manifestações políticas de oposição em todo país. Em 1842, por exemplo, surgiu em São Paulo e Minas Gerais um foco de resistência a política centralizadora do governo conservador de D. Pedro II, denominado de Revolução Liberal¹⁴⁷. Em Pernambuco, a partir das eleições de 1847, vem à tona uma reação em cadeia. Teve início o embate entre o partido liberal conhecido em Pernambuco como o partido Praieiro, vitorioso nas eleições para o senado, contra o partido conservador, ao qual estavam ligados os senhores de engenho. A perseguição dos conservadores aos eleitores do partido da Praia, visava inviabilizar a legitimidade das eleições. Esta perseguição, segundo a historiografia, tinha por alvo principal os agregados que viviam em terras de propriedade desses senhores conservadores.

¹⁴⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. Cit. P. 23

¹⁴⁵ LEWIN, Linda. Op. Cit p 13.

¹⁴⁶ Idem, p. 14.

¹⁴⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. Cit.,p.19

Neste contexto uma outra estrutura que transcendia a estrutura do governo central e a estrutura partidária, também foi ameaçada. Na ocasião os domínios do *pater famílias* foi invadido. O partido da Praia, então governo em Pernambuco, buscou romper com a estrutura de poder do Imperador, minando o poder do proprietário de terra conservador. Tomou por alvo os tentáculos da família patriarcal brasileira, ou seja, os dependentes do poder do senhor da terra.¹⁴⁸

Concomitante ao projeto político do governo, a economia brasileira ganhava outras projeções. A década de 50 do século XIX foi apontada por Caio Prado Junior como o momento de grande transformação da economia brasileira. No bojo de um processo de modernização brasileira, surgiram 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, além de 8 estradas de ferro. Cada vez mais, o cenário econômico apontava na direção da diferenciação do espaço urbano do espaço agrário.¹⁴⁹

Entre os anos de 1841 e 1850 ocorreu o crescimento do comércio de importação em detrimento do comércio de exportação. A exportação brasileira era de 54.680 libras enquanto que as importações totalizaram 60.999 libras. A política econômica da época privilegiava investimentos no setor da cultura do café e da mineração, enquanto que eram oscilantes os investimentos na doméstica indústria têxtil. Esta política econômica definitivamente não agradou a todos os setores de poder da sociedade, principalmente no que tange as economias de subsistência do sertão nordestino.

O privilégio a alguns setores da economia brasileira, como a construção de ferrovias para o escoamento do café pelo porto de Santos, em São Paulo, na segunda metade do século XIX foi acompanhado pela falta de investimento nas estradas de ferro no sertão nordestino. Isto acarretou, também, um atrofiamento no processo de desenvolvimento urbano dos municípios como Floresta do Navio que permanecia estagnado em sua economia de subsistência.¹⁵⁰

A política centralizadora do governo imperial que colidiu com a política das oligarquias de manutenção do poder provincial está associada ao surgimento do discurso regionalista. A segunda metade do século XIX, no Brasil, é caracterizada por um governo imperial que apresentou um caráter conservador e centralizador, mas que tinha também como

¹⁴⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. Cit, pp 21-22.

¹⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Transformações da estrutura econômica-social*. In. História Geral da Civilização Brasileira.II O Brasil Monárquico.Op. Cit.,pp.299-305

¹⁵⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A cafeicultura e o trabalho livre*. In. Op.Cit., pp. 306-315.

projeto dar ao país caráter de nação, forjando elementos, signos culturais que causassem o impacto de identidade nacional. Ocorre que, como reflexo da própria política centralizadora do mesmo governo, as localidades buscavam sua participação no poder ou sua autonomia administrativa, no âmbito interno de cada uma, nas características definidoras da identidade regional.

Os donos do poder, no Nordeste, por exemplo, utilizaram ou criaram elementos que exacerbassem o apego a questões provinciais. Germinava, nesta ocasião, o que mais tarde veio a se concretizar como um movimento separatista no nordeste brasileiro.¹⁵¹ Entre os elementos que servem de indicativos do processo de criação de uma identidade regional, visualizamos na composição do brasão de Pernambuco (Ilustração 01) elementos que apresentavam identificação com o povo pernambucano. O leão que representava a força de Pernambuco, até os dias de hoje é símbolo do Estado que se autodenomina Leão do Norte. Nas extremidades, estão de um lado um ramo de cana-de-açúcar e do outro um ramo de algodão, principais produtos agrícolas da região entre os anos de 1710 e 1889. Finalmente, no centro, o farol de Olinda como símbolo principal, este lembrava Olinda como o porto seguro, a luz do comércio marítimo pernambucano. Resgate de um passado histórico até meados do século XVIII, quando Olinda foi o principal porto comercial brasileiro.¹⁵²

Na bandeira de Floresta (Ilustração 02) os elementos enaltecem os principais produtos agrícolas, responsáveis pela manutenção da economia local e regional, além de associar junto à grandeza desses produtos, características do clima e relevo que causem identificação da população com tais signos. Vejamos o significado de seus elementos:

A bandeira possui três cores: o branco representa a pureza de corações; o azul, o céu florestano; o verde, a vegetação; dois ornatos religiosos: o cetro e a mitra, representando a Diocese, que foi a primeira do interior nordestino brasileiro; também a tradição de catolicismo de nosso povo; um animal: O leão; possível referência ao "leão do norte" cognome de Pernambuco, em fase de seus feitos heróicos; Quatro vegetais - tamarindos: árvore simbólica da cidade; xique-xique: cacto que ameniza a fome dos rebanhos no período da seca; algodoeiro: o "ouro branco" sertanejo; cebola: lavoura irrigada; Dois acidentes geográficos - serras (a lei refere a Serra Negra, a do Arapuá e a do Umã; o rio Pajeú, "com sua tradicional canoa", tipo de transporte usado pelos florestanos."¹⁵³

¹⁵¹ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. Op. Cit., p. 47

¹⁵² GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Disponível na Internet. <http://www.pe.gov.br>. Acessado em 15 de janeiro de 2004.

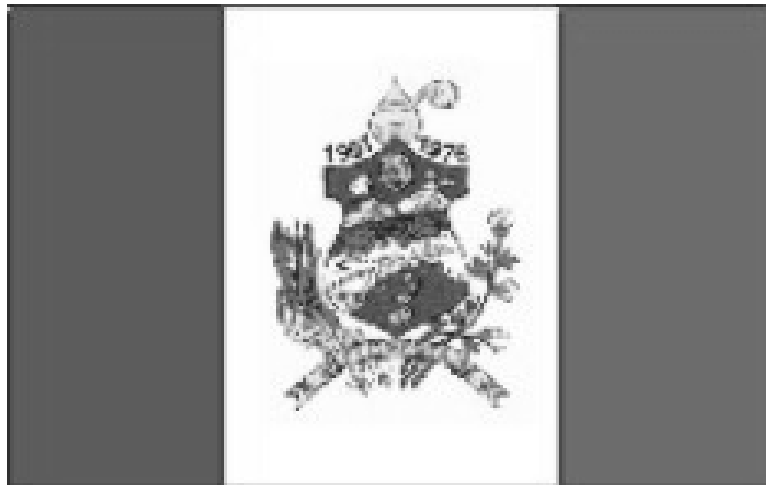
¹⁵³ Disponível na Internet. <http://www.florestadonavio.com.br>. Site acessado em 11 de março de 2004.

Ilustração 03 – Brasão de Pernambuco, evidenciando a eleição de signos de identificação regional.



Fonte: <http://www.pe.gov.br> - site do Governo do Estado de Pernambuco, acessado em 02 de abril de 2004.

Ilustração 04- Bandeira de Floresta do Navio.



Fonte: <http://www.florestadonavio.com.br> - site do município de Floresta do Navio, acessado em 08 de maio de 2004.

A outros elementos foi atribuído caráter de símbolo de identidade regional. Através do recurso literário foram criadas histórias e personagens que se tornaram mitos populares enaltecendo membros das famílias hegemônicas na região. Estas histórias evidenciavam o espírito heróico dos personagens pertencentes às famílias proprietárias em associação com

elementos da cultura local. Por exemplo, o personagem principal da história é sempre descrito como um grande boiadeiro ou um grande cavaleiro.

Em face da importância social dos comerciantes e dos integrantes do quadro do aparelho do Estado a atividade exercida pelo personagem, nestas duas áreas, também eram elementos explorados pelos contadores de histórias. Um exemplo deste fato, é encontrado em um verso dedicado a Benício Ferraz, que viveu sua infância na fazenda Mata dos Angicos, às margens do riacho dos Mandantes, entre os municípios de Floresta e Petrolândia, e era filho do casal Manoel Quincas de Souza Ferraz e Maria Gomes Ferraz.

Com o intuito de visualizarmos os elementos definidores da identidade regional trabalhada pelas famílias hegemônicas na região florestana, citamos os versos abaixo:

*Você sabe, meu bem, quem é Benício Ferraz?!
Aquele que passava pela rua
Pisando forte, ao chão, sem sacrifício,
Ligeiro, em direção à sua casa?...*

*Aquele que, na loja o dia inteiro
Ficava à espera de seu bom freguês,
E a todos atendia, com ou sem dinheiro...
Alegre e ativo, em seu modo certes?!*

*Um que gostava muito do curral,
Onde ia ordenhar umas vaquinhas
Trazendo à casa um leite sem igual,(...)*

*Olhe, meu bem!
Benício amava muito as vaquejadas
E ia, todo ano, em boa prosa, com Manuel Justo e outros camaradas,
Atrás de gado...na lagoa do Pedrosa (...).¹⁵⁴*

A criação de símbolos regionais no discurso e na imagem forjados para a população deu-se, por membros de uma elite, seja ela intelectual, política e proprietária. Tratava-se de uma elite formada pelos vínculos matrimoniais entre pessoas pertencentes às famílias hegemônicas na região florestana. Esses grupos de família abriram ainda mais a extensão de seus tentáculos sobre a população local com a transformação desses símbolos em ação social.

A força da consangüinidade garantiu a solidificação do prestígio social da família advindo das propriedades fundiárias. A exogamia garantiu a ampliação e a consolidação de

¹⁵⁴ *Falando a uma Criança-* do livro *Vozes do Coração*, de José de Assis Ferraz. In GOMINHO, Leonardo Ferraz. Op. Cit., pp. 200-201.

um poder que se estendia em âmbito regional e nacional. Paralelamente o poder político das famílias hegemônicas encontrou uma outra ferramenta de fortalecimento no imaginário da população. Foram as histórias, os versos e os símbolos regionais que solidificaram, neste campo, o poder dessas famílias, configurando-se como uma propaganda legitimadora da força atribuída aos donos do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ó musa do meu fado,
Ó minha mãe gentil,
Te deixo consternado,
No primeiro abril,

Mas não ser tão ingrata,
Não esquece quem te amou
É em tua densa mata se perdeu e se
Encontrou.¹⁵⁵

O estudo da trajetória de núcleos familiares que habitaram o município de Floresta do Navio, entre as décadas de 1840 e 1880 serviu de base para entendermos a história de ocupação e desenvolvimento do território do Sertão nordestino. Para realizarmos a pesquisa em História Social, com os documentos de Inventários *post mortem* dos núcleos familiares florestanos do século XIX, foi necessário conhecermos a história de formação da sociedade brasileira, o processo de construção do território nacional associado ao projeto de interiorização para os sertões do Brasil. Mesmo sendo este um trabalho voltado para uma ótica da segunda metade do século XIX, o estudo da historiografia brasileira a respeito do período colonial foi elementar para o entendimento da história da população florestana.

A importância do estudo da história das micro-regiões é revelada quando observamos em partes da história do indivíduo os reflexos da macro-história e as peculiaridades de uma história que são pouco reveladas. É neste contexto que trabalhamos com a percepção do que foi realizado pela pesquisa de historiadores que contribuíram para a construção da história brasileira e a busca de mais elementos que nos forneçam mais informações sobre o que fez de território um país.

A FAMÍLIA brasileira não pode ser vista de forma uniformizada e isto se reflete também, na sociedade brasileira. Como, em um país tão grande, com tanta gente, de tantas línguas e tantas cores podem ter um padrão único de comportamento ou uma única história para contar?

¹⁵⁵ *Fado Tropical*. Música de Chico Buarque e Ruy Guerra em 1972. Disponível na Internet. <http://www.chicobuarque.com.br>. -1973. Para a peça *Calabar*. Site pesquisado em 01 de maio de 2004.

Floresta do Navio, século XIX, onde não se plantava cana-de-açúcar para abastecimento do mercado exportador, onde se criava gado, onde se plantava mandioca, milho, onde se tecia o algodão para vestir as pessoas da casa, onde se procurava existir longe do mar, perto do rio, longe do rei, perto da terra. A terra sertaneja que se mostrou além de boa para o pasto, uma boa alternativa de se viver. A cana já tinha seus senhores, o litoral já havia sido retalhado, o sertão se configurou como uma alternativa de enriquecimento e/ou sobrevivência para a população transplantada para este território.

É certo que durante toda a construção da história da sociedade brasileira tivemos influências de elementos culturais, sociais, políticos e econômicos de diversos povos que não podem ser definidos apenas pela contribuição étnica do negro africano, do índio brasileiro ou do português conquistador. A junção desses elementos com o espaço do território brasileiro e as condições de vida aqui desenvolvidas formam um imenso conjunto de elementos que forjaram “as sociedades brasileiras”. Mesmo herdando do sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo, além da sífilis, é claro, mesmo quando as mãos estavam ocupadas em torturar, esganar, trucidar e o coração sinceramente chorando diante da linda mulata e do rio Amazonas que corre trás os montes e que deságua no Tejo¹⁵⁶, ainda assim existe uma infinidade de “Brasis”.

¹⁵⁶ Disponível na Internet. <http://www.chicobuarque.com.br> . Op. Cit.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

Documento de Inventário *post mortem*, de Antônio José de Moura, Pajeú de Flores, 1839, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Izabel Maria, Povoação de Tacaratú, Comarca de Pajeú de Flores, 1839/1842, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Cypriano Gomes de Sá, Pajeú de Flores, 1842, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Inácio Gomes de Sá, Pajeú de Flores, 1843, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Ponciana Maria de Jesus, Povoação de Tacaratú, 1845, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Manuel do Nascimento e Araújo, Povoação de Tacaratú, 1845, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Manoel Francisco de Souza, Pajeú de Flores, 1850, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Rufina Gomes de Sá, Tacaratú, Fazenda do Riacho, 1852, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Feliciano Gomes de Sá, Pajeú de Flores, 1852, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Manoel da Costa Soares, Pajeú de Flores, 1852, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Francisco Gomes da Silva, Tacaratú, 1858, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Manoel Lopes Dinis, Tacaratú, 1859, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Nicácia Teles de Meneses, Tacaratú, 1859, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Maria Joaquina de Sá, Tacaratú, 1859, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Antonia Mariana de Sá, Tacaratú, 1859, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Maria de Sousa da Silveira, Tacaratú, 1861, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Joaquim Correia de Brito, Tacaratú, 1861, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Bárbara Maria do Nascimento, Tacaratú, 1862, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Carulina Gomes de Sá, Tacaratú, 1863, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Antonio Domingos do Nascimento, Tacaratú, 1863, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de José Maximiniano de Sá, Floresta do Navio, 1866, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Martiniano Ramos Nogueira, Floresta do Navio, 1866, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Francisco Gomes de Menezes, Tacaratú, 1866, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Maria das Montanhas, Floresta do Navio, 1866, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Ana Maria de Sá, Floresta do Navio, 1866, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Mariana Maria de Jesus, Floresta do Navio, 1866, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Anacleto Gomes de Sá, Tacaratú, 1867, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Alexandre Rodrigues Lima, Cabrobó, 1867, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Talgina Gomes de Menezes, Tacaratú, 1867, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Alexandre Pereira da Silva, Tacaratú, 1867, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Anna Maria de Sá, Tacaratú, 1867, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Maria da Conceição Rodrigues de Moraes, Tacaratú, 1868, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Gonçalo Coelho da Silva, Tacaratú, 1871, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Maria Carolina de Sá, Tacaratú, 1876, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Anna Maria da Conceição, Floresta do Navio, 1876, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Josefa Gomes de Sá, Tacaratú, 1876, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Josefa Soares da Silva, Floresta do Navio, 1877, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Francisca Fernandes das Dores, Tacaratú, 1877, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Margarida de Souza e Silva, Tacaratú, 1878, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de João Leite de Sá, Floresta do Navio, 1882, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Antônia De Souza Ferraz, Floresta do Navio, 1883, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, da Tutoria de Ignácia Gomes de Sá, Floresta do Navio, 1883, Documento de Inventário *post mortem*, de Custódia Gomes de Sá, Floresta do Navio, 1886, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Ernesto Antonio de Rezende Menezes, Floresta do Navio, 1886, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Alexandre Gomes de Sá e Silva, Floresta do Navio, 1888, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Maria da Conceição, Floresta do Navio, 1888, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documento de Inventário *post mortem*, de Ana Maria da Conceição, Floresta do Navio, 1888, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Documentos – Livro de Batismo de Floresta do Navio, 1872, Laboratório de Pesquisa histórica da UFPE.

Cópia da Ata de apuração de votos. Câmara Municipal de Flores, 1847. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, série correspondência das Câmaras Municipais.

Estatística da População de Fazenda Grande – 1859. Arquivo Público do Estado, Polícia Civil. Vol. 59, p.256, Recife, Pernambuco.

Livro de Batismo, população de Floresta do Navio de 1874. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

Livro de Batismo, população de Floresta, Tacaratu 1845. Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. Martins Fontes, São Paulo, 1999.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª edição, Cortez Editora, São Paulo, 1996

ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. **Vida Privada e Ordem Privada no Império**. In. História da Vida Privada no Brasil- Império: a corte e a modernidade nacional. Coleção dirigida por Fernando A. Novais. Volume organizado por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo, ed. Companhia Das Letras, 1997.

ANDRADE, Carlos Drumond de Andrade, APUD in BARROS, Myrian Moraes Lins de; STROZENBERG, Ilana, **Álbum de Família** – Rio de Janeiro: Comunicação Contemporânea, 1992.

ARAÚJO, Emmanuel . **Tão Vasto, Tão Ermo, Tão Logo**: O Sertão e o Sertanejo nos Tempos Coloniais. In Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Org. Mary Del Priore. Ed. Campus, 2000.

BANDEIRA, Luiz Muniz. **O feudo**: a casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos setões à independência do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A Elite Colonial Piauiense**: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

- CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.
- COSTA, Pereira. **Anais Pernambucanos**. Secretaria do interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, Recife, 1958, vol. I.
- FACHIN, Rosana Amara Girardi. **Em Busca da Família do Novo Milênio**: Uma reflexão crítica sobre as origens do Direito de Família brasileiro contemporâneo. Biblioteca de Teses, Renovar, 2001.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato político brasileiro. 3ª edição, São Paulo: Globo, 2001.
- FERRAZ, Álvaro. **Floresta**: Memórias de uma cidade sertaneja no seu cinquentenário. Cadernos de Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura. Recife, 1957.
- FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. **Floresta do Navio**: capítulo da História Sertaneja. Biblioteca Pernambucana de História Municipal. Centro de Estudos de História Municipal, Recife, 1992.
- FEBVRE, Lucien. **Combates por la Historia**. Barcelona, Ariel, 1970, p., 40. Apud, CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da história. Graal, Biblioteca da História. ed. 5, Rio de Janeiro, 1983.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23 ed., São Paulo, Nacional, 1989.
- GOMINHO, Leonardo Ferraz. **A Rebelião da Serra Negra**: A Praieira no Sertão. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Recife, 1993.
- GRAHAN, Richard. **Clientelismo e política o Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Transformações da estrutura econômico-social**. In. História Geral da Civilização Brasileira. II O Brasil Monárquico. 3. Reações e transações, Bertrand Brasil, 6ª edição, 3º vol.
- LEVI, Darrel E. **A Família Prado**. São Paulo: cultura Livraria e Editora S/A, 1977.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.
- MELO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**: 1871-1889. Cap. I O norte, o sul e a proibição do tráfego interprovincial de escravos. 2ª edição, Topbooks, Rio de Janeiro, 2003.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. Hucitec, ed. 2, São Paulo, 1981.
- SÁ, Silvânia Comes de. **A cidade, o Rio... a Represa**: a intervenção do Estado no Submédio São Francisco: o caso de Petrolândia, 1940-1995. Mestrado em história. Recife, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial- 1550-1835. Companhia Das Letras. Em co-edição com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, São Paulo, 1988.
- SILVA, Maria Leda Oliveira Alves da. **Floresta do Navio**: cidade pernambucana do gado (1850-1888), Dissertação de Mestrado em História, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1962.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. UnB, 3ª ed. Brasília, 2000.
- WILSON, Luiz. **Roteiros de velhos e grandes sertanejos**. Recife, Centro de Estudos de História Municipal, 1978. Biblioteca Pernambucana de História Municipal.

Fontes Datilografadas

Carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1500, dirigida a D. Manuel, O Venturoso, Apud AMARAL, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira no tríplice aspecto Político-Social-Econômico*. Vol. II, 2ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife –MEC-, Brasílica (Série Grande Formato) vol. 16, direção- Américo Jacobina Lambe.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.

D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia . Titulo LXIV – Da idade, e capacidade que se requer nos que houverem de contrahir matrimonio, e das denunciaçãoes, que devem preceder a ella*. São Paulo, Tipographia 2 de Dezembro, 1853.

SILVA, Moraes. *Epítome da Gramática Portuguesa, Engenho Novo da Moribeca, aos 15 de julho de 1802. E foi novamente retocado em 1821*. Instituto Arquelógico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Outras Fontes

MUNICÍPIO DE FLORESTA DO NAVIO. <http://www.florestadonavio.com.br> . Site do município de Floresta do Navio, acessado em 08 de maio de 2004.

ESTADO DE PERNAMBUCO. Disponível na Internet. <http://www.pe.gov.br> - site do governo do Estado de Pernambuco, acessado em 02 de abril de 2004.

<http://www.chicobuarque.com.br>

<http://www.valedosaofrancisco.com.br>

GONZAGA, L. *Riacho do Navio*. Luiz Gonzaga e Zé Dantas [Composição]. In: *A viagem de Gonzagão & Gonzaguinha*, EMI-Odeon, 1981. 1 CD.